



UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR
Ciências Sociais e Humanas

Iniciativa de crescimento pessoal e crenças sobre a violência conjugal em estudantes universitários

Maura Rodrigues Melo

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em
Psicologia Clínica e da Saúde
(2º ciclo de estudos)

Orientador: Prof. Doutor Manuel Joaquim da Silva Loureiro

Covilhã, outubro de 2018

Agradecimentos

Ao Professor Doutor Manuel Loureiro, pela disponibilidade, simpatia e incansável orientação ao longo deste ano.

À minha mãe e à Rita, pelo vosso apoio, esforço, paciência e amor.

À minha família, em especial à minha madrinha pela preocupação constante pelo meu bem-estar e pelo meu sucesso.

Ao Miguel, pelo carinho, apoio e por me acompanhar nesta maravilhosa aventura.

Aos meus amigos,

À Sofia pela pessoa incrível que é e por estar sempre ao meu lado nos sucessos e nas derrotas.

À Clarisse, ao Daniel, ao Ricardo, à Patrícia e ao Nando pelo apoio e inestimável amizade. À Carol e à Mariana pela ajuda no desenvolvimento desta dissertação, pela vossa amizade, estima e suporte incondicional ao longo destes anos. À Beatriz, à Renata e à Maria pelo companheirismo e entreatajuda ao longo da dissertação e de todo o percurso académico.

A todos aqueles que se cruzaram comigo ao longo deste percurso e contribuíram para o meu crescimento académico e pessoal. Obrigada!

À UBI e à Covilhã por me acolherem, “Aqui fui feliz!”.

Resumo

O presente estudo foi desenvolvido com o intuito de avaliar os níveis de iniciativa de crescimento pessoal e as crenças sobre a violência conjugal em estudantes universitários e verificar uma possível associação entre as duas variáveis. A iniciativa de crescimento pessoal refere-se à capacidade de fazer mudanças pessoais e promover o próprio processo de crescimento, de forma ativa e intencional.

A violência conjugal é um fenómeno complexo, transversal e multideterminado, que atravessa gerações, diferentes faixas etárias, meios socioeconómicos, culturas e ambos os sexos. As crenças sobre a violência conjugal influenciam a percepção que as pessoas têm sobre o fenómeno e podem contribuir para a perpetração e normalização do mesmo. Neste sentido, foram administrados o questionário sociodemográfico, a Escala de Iniciativa de Crescimento Pessoal (Robitschek, 1998, 2012) e a Escala de Crenças sobre Violência Conjugal (Matos, Machado e Gonçalves, 2000). A amostra é constituída por 273 estudantes do 1º ano, do 1º ciclo de uma universidade pública portuguesa, sendo que 117 (42.9%) são do género masculino e 156 (57.1%) são do género feminino e a média de idades foi de 19.24.

De acordo com os resultados, a amostra em estudo apresenta uma baixa tolerância com as crenças que legitimam a violência conjugal e níveis moderadamente elevados de iniciativa de crescimento pessoal. Verificou-se que são os alunos do género masculino e do curso de Ciências do Desporto que legitimam mais a violência. Relativamente à iniciativa de crescimento pessoal e às variáveis sociodemográficas estudadas, não se verificaram diferenças estatisticamente significativas. Por fim, não se verificou uma associação significativa entre as crenças sobre a violência conjugal e a iniciativa de crescimento pessoal, contudo verifica-se uma associação positiva entre o fator 4 da Escala de crenças sobre violência conjugal “legitimação da violência pela preservação da privacidade familiar” e o fator 3 da Escala de Iniciativa de crescimento pessoal “Usar recursos”.

Palavras-chave

Iniciativa de Crescimento Pessoal; Crenças; Violência Conjugal; Estudantes universitários.

Abstract

The present study was developed with the purpose of evaluating the levels of personal growth initiative and beliefs about conjugal violence in college students and to verify a possible association between the two variables. The personal growth initiative refers to the ability to make personal changes and promote the growth process itself, in an active and intentional way.

Marital violence is a complex, transverse and multi-determined phenomenon that crosses generations, different age groups, socio-economic backgrounds, cultures and both sexes. Beliefs about marital violence influence people's perception of the phenomenon and can contribute to its the perpetration and normalization. In this sense, the sociodemographic questionnaire, the Personal Growth Initiative Scale (Robitschek, 1998, 2012) and the Scale of Beliefs about Marital Violence (Matos, Machado e Gonçalves, 2000) were administered. The sample is made up of 273 students from the 1st year of the 1st cycle of a Portuguese public university, of which 117 (42.9%) are male and 156 (57.1%) are female, and the mean age was 19.24.

According to the results, the study sample shows a low tolerance for the beliefs that support marital violence and moderately high levels of personal growth initiative. It was verified that male and Sports Sciences students legitimize more the violence. Regarding the personal growth initiative and the sociodemographic variables studied, there were no statistically significant differences. Finally, there was no significant association between beliefs about marital violence and the personal growth initiative, but there was a positive association between factor 4 in the Scale of Beliefs about Marital Violence "legitimizing violence for the preservation of family privacy" and factor 3 "Using Resources" of Personal Growth Initiative Scale.

Keywords

Personal Growth Initiative; Beliefs; Marital violence; College students.

Índice

Introdução.....	1
Capítulo 1 - Fundamentação teórica	3
1.1. Iniciativa de crescimento pessoal.....	3
1.1.1. Iniciativa de crescimento pessoal em estudantes universitários	6
1.1.2. O contexto universitário e o desenvolvimento psicossocial do jovem adulto estudante universitário	9
1.2. Violência conjugal.....	11
1.2.1. Tipos de violência.....	12
1.2.2. Fases do ciclo da violência	13
1.2.3. Modelos explicativos da violência.....	14
1.2.4. Dados Epidemiológicos.....	16
1.3. Crenças sobre a violência conjugal.....	18
1.3.1. Crenças dos estudantes universitários acerca da violência conjugal	21
1.4. Objetivos e hipóteses de investigação	25
Capítulo 2 - Método	27
2.1 Desenho de investigação	27
2.2 Participantes	27
2.3 Instrumentos.....	29
2.3.1 Questionário sociodemográfico.....	29
2.3.2 Escala de Crenças sobre Violência Conjugal (E.C.V.C)	29
2.3.3 Escala de Iniciativa de Crescimento Pessoal (EICP-II)	30
2.4. Procedimento.....	32
Capítulo 3 - Resultados	34
3.1. Estatísticas descritivas.....	34
3.1.1 Análise descritiva dos resultados da Escala de Crenças sobre Violência Conjugal (ECVC).....	34
3.1.2 Análise descritiva dos resultados da Escala de Iniciativa de Crescimento Pessoal (EICP-II)	36
3.2 Estatísticas Inferenciais	38
3.2.1 Crenças sobre a violência conjugal	38
3.2.2 Iniciativa de crescimento pessoal.....	41
3.2.3 Relação entre as crenças sobre a violência conjugal e a iniciativa de crescimento pessoal	44
Capítulo 4 - Discussão	48
Conclusão	52
Limitações e sugestões para investigações futuras.....	54
Referências Bibliográficas.....	56
Anexos	65
Anexo 1 - Consentimento informado	66

Anexo 2 - Questionário sociodemográfico 67

Lista de Tabelas

Tabela 1 – Distribuição dos Participantes Segundo as Variáveis Sociodemográficas (n=273)

Tabela 2 - Cálculo da Confiabilidade da ECVC e dos Respetivos Fatores Através do Alfa de Cronbach

Tabela 3 - Valores do Cálculo do Alfa de Cronbach nos Fatores da PGIS-II em Diferentes Estudos

Tabela 4 - Análise Descritiva da Escala Total e dos Fatores da ECVC

Tabela 5 - Fatores da ECVC e as Respetivas Médias de Item

Tabela 6 - Análise Descritiva da Escala Total e dos Fatores da EICP-II

Tabela 7 - Fatores da EICP-II e Respetivas Médias de Item

Tabela 8 - Diferenças de Género Segundo os Fatores da ECVC e o Total da Escala

Tabela 9 - Apresentação dos Resultados Relativos à Análise de Variância (ANOVA) Unifatorial Entre o Curso e a ECVC

Tabela 10 - Diferenças Entre o Estado civil e os Fatores e a Escala Total da ECVC.

Tabela 11 - Diferenças de Género Segundo os Fatores e a Escala Total da EICP-II

Tabela 12 - Apresentação dos Resultados Relativos à Análise de Variância (ANOVA) Unifatorial Entre o Curso e a EICP-II

Tabela 13 - Diferenças entre o Estado civil e os Fatores e a Escala Total da ECVC

Tabela 14 - Apresentação dos resultados relativos à Análise de Variância (ANOVA) Unifatorial entre a variável “com quem vive no período escolar” e os fatores e a escala total da EICP-II

Tabela 15 - Correlação entre a Escala Total da ECVC e a Escala Total da EICP-II

Tabela 16 - Correlação entre o Fator 1 da ECVC e os Fatores da EICP-II

Tabela 17 - Correlação entre o Fator 2 da ECVC e os Fatores da EICP-II

Tabela 18 - Correlação entre o Fator 3 da ECVC e os Fatores da EICP-II

Tabela 19 - Correlação entre o Fator 4 da ECVC e os Fatores da EICP-II

Tabela 20 - Modelo de Regressão Linear Simples Sobre o Fator 3 da EICP-II e o Fator 4 de ECVC

Tabela 21 - Modelo de Regressão Linear Simples Relativa à Associação Entre o Fator 3 da EICP-II e o Fator 4 da ECVC

Lista de Acrónimos

ICP	Iniciativa de crescimento pessoal
EICP-II	Escala de Iniciativa de Crescimento Pessoal
PGIS-II	<i>Personal Growth Initiative Scale-II</i>
ECVC	Escala de Crenças sobre a Violência Conjugal
VD	Violência Doméstica
VC	Violência Conjugal
UMAR	União de Mulheres Alternativa e Resposta
APAV	Associação Portuguesa de Apoio à Vítima
IVD	<i>The International Dating Violence Study</i>
CPRI	Ciências Políticas e Relações Internacionais
GEST	Gestão
MKT	Marketing
ECO	Economia
CD	Ciências do Desporto
SOC	Sociologia
PSI	Psicologia

Introdução

A Iniciativa de crescimento pessoal refere-se a um construto que traduz um conjunto de competências para o aperfeiçoamento pessoal, e à capacidade de fazer mudanças pessoais e promover o próprio processo de crescimento, contribuindo para um desenvolvimento positivo (Robitscheck, 1998). Os estudantes universitários com elevados níveis de iniciativa de crescimento pessoal, possuem uma maior sensação de bem-estar (Sharma & Rani, 2014), autossuficiência, autoeficácia, satisfação com a vida e relacionamentos mais saudáveis com os outros (Ayub & Iqbal, 2012).

O ensino superior tem um papel importante no crescimento do jovem universitário, ao nível do seu desenvolvimento psicossocial e do seu crescimento pessoal. É um contexto rico em mudanças, que promove um conjunto de oportunidades para desenvolver a iniciativa de crescimento pessoal dos estudantes universitários (Stevic & Ward, 2008). A investigação em psicologia carece de investigações sobre a iniciativa de crescimento pessoal no contexto universitário português, sendo que urge a necessidade de investigar este tema no nosso contexto.

Atualmente, em Portugal, a violência conjugal é um problema social e que devido à sua prevalência e gravidade merece ser foco de investigação. Segundo o relatório anual da APAV, em 2017, foram recebidos pedidos de ajuda de 3558 vítimas do sexo feminino e 285 vítimas do sexo masculino, em contexto de violência nas relações íntimas (APAV, 2017). No contexto universitário é fulcral estudar este fenómeno, uma vez que é nestas idades que se iniciam as primeiras relações de namoro duradouras, (Rodriguez & Robles, 2015) e os jovens aprendem certos padrões de interação nas suas relações, que podem durar até à idade adulta (González-Ortega, Echeburúa, & Corral, 2008). Para uma melhor compreensão do fenómeno no contexto universitário torna-se importante perceber as crenças que os estudantes universitários têm sobre a violência.

O presente estudo faz parte do projeto de investigação VIOLÊNCIA 360° - Abordagem clínica, familiar, social e comunitária da violência interpessoal em diferentes populações - e pretende avaliar os níveis de iniciativa de crescimento pessoal e as crenças sobre a violência conjugal em estudantes universitários e verificar uma possível associação entre a iniciativa de crescimento pessoal e as crenças sobre a violência conjugal. Uma vez que a iniciativa de crescimento pessoal promove o bem-estar, a satisfação com a vida e as relações saudáveis em estudantes universitários, torna-se pertinente perceber se influenciará as crenças que os estudantes têm sobre a violência.

De modo a responder da melhor maneira aos objetivos propostos, o presente estudo encontra-se dividido em quatro capítulos. O Capítulo 1 refere-se à fundamentação teórica, em que é explorado a iniciativa de crescimento pessoal, nomeadamente a iniciativa de crescimento pessoal em estudantes universitários, e o contexto do ensino superior e o desenvolvimento psicossocial do estudante universitário. Posteriormente e ainda no mesmo capítulo é caracterizada a violência conjugal e as crenças sobre a mesma em estudantes do ensino superior.

O capítulo 2 é referente ao método, onde sucintamente é descrito o desenho de investigação, os participantes em estudo, os instrumentos utilizados e os procedimentos utilizados para a realização do estudo. Posteriormente no capítulo 3 são descritos os resultados da análise descritiva e da análise inferencial.

Por fim, no capítulo 4 são discutidos os resultados, finalizando com as conclusões, limitações, potencialidades e implicações futuras.

Capítulo 1 - Fundamentação teórica

1.1. Iniciativa de crescimento pessoal

Ao longo das suas vidas, as pessoas enfrentam diversas situações e múltiplos obstáculos com diferentes graus de complexidade e dificuldade, e/ou vivenciam situações que as fazem perceber que têm a necessidade de mudar algo nelas próprias (Robitscheck et al., 2009). Estas situações levam os indivíduos a fazer mudanças nas suas próprias vidas, a adaptar-se a novos contextos e a lidar com diferentes situações do dia a dia (Freitas et al., 2016). A capacidade de fazer mudanças pessoais e promover o próprio desenvolvimento refere-se ao construto de iniciativa de crescimento pessoal (Robitschek, 1998).

A iniciativa de crescimento pessoal (ICP) é um construto que traduz o desenvolvimento de um conjunto de competências para o aperfeiçoamento pessoal, tanto a nível cognitivo como a nível comportamental. E este conjunto de competências proporciona uma melhoria em todos os níveis da vida do sujeito e permite-lhe atingir as metas e objetivos que tenha estabelecido previamente (Robitschek, 1998).

Assim, a iniciativa de crescimento pessoal pode ser entendida como uma competência individual que promove o desenvolvimento e mudanças pessoais de forma intencional e conscientemente planeada, promovendo o desenvolvimento positivo das pessoas (Robitschek, 1998, 2012). É, também, definida como um recurso pessoal e uma característica pessoal positiva (Freitas, 2016), sendo que uma das suas particularidades é o envolvimento ativo e intencional dos indivíduos no seu próprio processo de mudança e desenvolvimento pessoal (Robitschek, 1998; Weigold, Porfeli & Weigold, 2013).

Segundo Robitschek (1998), a iniciativa de crescimento pessoal inclui aspetos cognitivos, como autoeficácia, crenças, atitudes e valores relacionados ao crescimento pessoal, e aspetos comportamentais, relacionados com a aplicação dessas cognições em vários domínios de crescimento. Este construto é composto por quatro dimensões: “*Readiness for change*” (Prontidão para a mudança), “*Planfulness*” (Planeamento), “*Using resources*” (Usar recursos) e “*Intencional behavior*” (Comportamento intencional; Robitschek et al., 2012).

Os fatores “Prontidão para a mudança” e “Planeamento” medem a componente cognitiva da ICP, incluindo, assim, as crenças, ideais, atitudes e valores relativos ao crescimento pessoal (Shigemoto, Ashton, & Robitschek, 2015). O fator “Prontidão para a mudança” avalia e identifica oportunidades para o crescimento pessoal e a prontidão da pessoa para fazer mudanças (e.g. “*Sei quando estou pronto(a) para fazer mudanças específicas em mim*”).

mesmo(a)”) e o fator “Planeamento” organiza estratégias que possibilitem o desenvolvimento pessoal (e.g. “*Sei fazer planos realistas para mudar a mim mesmo(a)*”); Freitas, 2016; Robitschek et al., 2012). Neste sentido, indivíduos com elevada pontuação na componente cognitiva da ICP sabem como e quando devem fazer mudanças e como estabelecer objetivos e metas realistas para a mudança pretendida (Robitschek et al., 2012).

Os fatores “Usar recursos” e “Comportamento intencional” são considerados componentes comportamentais da ICP, que se focam na ação orientada para o crescimento (Shigemoto et al., 2015). O fator “Usar recursos” avalia a procura de ajuda para realizar as mudanças pessoais (e.g. “*Procuro ajuda ativamente quando tento mudar a mim mesmo(a)*”) e o fator “Comportamento intencional” mede a motivação para desenvolver mudanças pessoais (e.g. “*Procuro oportunidades para crescer como pessoa*”); Robitschek et al., 2012). Deste modo, sujeitos com elevados níveis na componente comportamental da ICP utilizam recursos externos e internos disponíveis e, de forma intencional, vão à procura de outros recursos para serem melhores (Shigemoto et al., 2015).

Os fatores da iniciativa de crescimento pessoal “Prontidão para a mudança” e “Usar recursos” aumentam a procura individual por novas experiências que irão contribuir para o desenvolvimento pessoal, pois a possibilidade de experimentar uma variedade de situações incrementa a probabilidade de as pessoas expandirem a sua rede de apoio social e emocional, e experienciam situações mais positivas em comparação com indivíduos com índices de ICP mais baixos. Assim, a iniciativa de crescimento pessoal pode ser vista como um recurso pessoal para lidar com as diferentes situações do quotidiano (Yakunina, Weigold & Weigold, 2013).

A iniciativa de crescimento pessoal e os seus quatro fatores estão positivamente associados com variáveis que traduzem o bem-estar (e.g., afeto positivo, bem-estar emocional) e estão negativamente associados a variáveis associadas com baixos níveis de bem-estar, como a depressão, a ansiedade e o *stress* (Freitas et al., 2016).

Uma pessoa com elevados níveis de iniciativa de crescimento pessoal procura oportunidades para se desenvolver e aproveita as oportunidades e os recursos que tem disponíveis (Robitschek et al., 2009). Pode ser, então, definida como uma pessoa que possui iniciativa para estar em constante desenvolvimento, vendo-se a si própria com elevado potencial de crescimento, aberta a novas experiências e realidades. Todas estas características traduzem-se num forte autoconhecimento e, conseqüentemente, sucesso (Freitas et al., 2016)

O crescimento pessoal é uma das dimensões do bem-estar psicológico (Ryff & Keyes, 1995). O bem-estar psicológico refere-se a um funcionamento psicológico positivo e inclui as seguintes dimensões: autoaceitação, relações positivas com os outros, autonomia, domínio do meio, propósito na vida e crescimento pessoal (Ryff, 1989). É de salientar que a iniciativa de crescimento pessoal se relaciona positivamente com todas as dimensões do bem-estar

psicológico e do bem-estar social, como a integração social, o contributo social, a coerência social, a aceitação social e a realização social (Robitschek & Keyes, 2009).

Deste modo, elevados níveis de iniciativa de crescimento pessoal estão associados a baixos níveis de depressão, ansiedade e problemas emocionais em geral (Robitschek & Kashubeck, 1999) e a elevados níveis de bem-estar e de satisfação com a vida (Borowa, Kossakowska, Harmon & Robitschek, 2018; Robitschek & Keyes, 2009).

Assim, pessoas com baixo nível de iniciativa de crescimento pessoal demonstram dificuldades em adaptar-se a novos contextos, o que implica a vivência de experiências de forma stressante e ansiosa, e baixos níveis de satisfação com a vida (Freitas et al., 2016; Yakunina et al., 2013). Pelo contrário, face a uma adversidade, um indivíduo com elevados níveis de iniciativa de crescimento pessoal irá procurar ativamente e intencionalmente soluções e recursos de forma a conseguir lidar adequadamente com o problema. Esta forma positiva de abordar o problema vai diminuir toda a preocupação e ansiedade que o problema poderia vir a originar na pessoa (Ayub & Iqbal, 2012).

Um estudo de Shigemoto e colaboradores (2015) relacionou o papel da iniciativa de crescimento pessoal em eventos traumáticos. Os principais resultados deste estudo mostram que pessoas com níveis mais elevados de ICP percebem um maior controlo sobre a situação (Shigemoto et al., 2015) e apresentam, igualmente, uma maior probabilidade de terem uma recuperação saudável após um evento traumático (Callahan, Borja, Herbert, Maxwell, & Ruggero, 2013).

Os resultados de um estudo de Borowa, Robitschek, Harmon e Shigemoto (2016) vão ao encontro ao que já foi descrito anteriormente, remetendo para a ideia de que sujeitos que passam por eventos traumáticos e que têm elevados níveis de iniciativa de crescimento pessoal irão perceber mais facilmente redes de suporte e recursos para lidar com essa situação. Irão, também, encarar as dificuldades não como uma ameaça, mas sim como um desafio e uma oportunidade de crescimento.

Ainda, segundo uma investigação de Igbokwe e colaboradores (2016) com adultos, os níveis de iniciativa de crescimento não diferem segundo o género, a idade e o estado civil.

Em suma, a iniciativa de crescimento pessoal é um construto que traduz muito mais do que a capacidade de uma pessoa se adaptar às situações adversas, mas sim de conseguir crescer e desenvolver-se positivamente, ao ativar os recursos necessários, escolher as melhores estratégias, identificar e criar situações que promovam o seu desenvolvimento e estar motivado e comprometido com o seu próprio processo de crescimento pessoal. Está, também, associado ao bem-estar e à satisfação com a vida, contribuindo, assim, para a manutenção de uma saúde mental saudável (Freitas et al., 2016). A investigação e a avaliação da iniciativa de crescimento pessoal são importantes para criar programas de intervenção e para ajudar no processo

terapêutico em contexto clínico (Robitschek, 1998). Assim, no contexto clínico, a iniciativa de crescimento pessoal deve ser encarada como uma ferramenta importante na intervenção terapêutica, na medida em que permite ajudar os pacientes a identificarem e procurarem competências necessárias para o seu próprio processo de mudança, e a verem o uso consciente e intencional da terapia como uma oportunidade de crescimento, favorecendo um desenvolvimento positivo (Weigold et al., 2018).

1.1.1. Iniciativa de crescimento pessoal em estudantes universitários

A iniciativa de crescimento pessoal tem sido amplamente estudada no contexto do ensino superior, nomeadamente com estudantes universitários. O ensino superior é um contexto que leva a muitas mudanças ao nível pessoal, social e académico (Sousa, Lopes, & Ferreira, 2013), tendo um papel importante no crescimento do jovem universitário, ao nível do seu desenvolvimento psicossocial e do seu crescimento pessoal. Este é, então, um contexto rico em mudanças e desafios que promove um conjunto de oportunidades que poderão ajudar a desenvolver a iniciativa de crescimento pessoal dos jovens universitários (Stevic & Ward, 2008).

Segundo Robitschek (1998), os estudantes universitários com elevados níveis de ICP revelam elevados níveis de assertividade e de locus de controlo interno e percebem mais recursos. Neste sentido, os estudantes universitários com elevada iniciativa de crescimento pessoal estabelecem mais facilmente objetivos realistas na sua vida, têm relacionamentos mais saudáveis com os outros e sentem-se autossuficientes e capazes de superar desafios (Ayub & Iqbal, 2012); esta confiança de que são autossuficientes e capazes de superar os desafios traduz-se numa maior autoeficácia (Sharma & Rani, 2013).

A autoeficácia, definida como a crença que uma pessoa tem sobre a sua capacidade para resolver determinada tarefa, encontra-se positivamente associada com a iniciativa de crescimento pessoal (Bandura, 1994). Neste sentido, os fatores “Planeamento” e “Comportamento intencional” da ICP estão fortemente associados à autoeficácia e indicam que, para mudar intencionalmente (“Comportamento intencional”), um indivíduo tem de acreditar que possui capacidades e que consegue mudar, e, para isso, necessita de fazer planos com objetivos realistas para alcançar a mudança (“Planeamento”; Sharma & Rani, 2013).

Segundo Sharma e Rani (2014), a saúde mental dos estudantes universitários terá impacto nos níveis de iniciativa de crescimento pessoal, principalmente nas subescalas “Planeamento”, “prontidão para a mudança” e “Comportamento intencional”. Dentro dos domínios da saúde mental, o bem-estar subjetivo é um forte preditor da ICP, e os domínios do bem-estar social e bem-estar emocional também têm um impacto significativo. A iniciativa de crescimento pessoal em estudantes universitários está associada a elevados níveis de bem-estar e devemos olhar para a ICP como uma ferramenta para a promoção da saúde mental dos estudantes universitários (Ayub & Iqbal, 2012).

Segundo Ayub e Iqbal (2012), os estudantes universitários com elevados níveis de ICP desenvolvem um maior sentimento de pertença em relação à comunidade em que estão inseridos, sentindo-se como uma parte integrante da mesma e sentem, também, que as suas ações podem contribuir para a sociedade - o que contribui para uma visão mais positiva do mundo e, conseqüentemente, para um maior nível de satisfação com a vida. Pelo contrário, estudantes universitários com baixos níveis de iniciativa de crescimento pessoal mostram-se menos recetivos à mudança e tendem a não conseguir perceber os recursos que têm disponíveis. Deste modo, têm maior probabilidade de apresentar algum *stress* e sintomatologia depressiva.

Relativamente a diferenças de género existe uma grande variedade de resultados, sendo que uns indicam que as raparigas apresentam níveis mais elevados de iniciativa de crescimento pessoal, e noutros estudos não se verificam diferenças estatisticamente significativas entre rapazes e raparigas. Segundo os resultados de uma investigação de Straaten, Jorgensen, Hill e Nel (2015), as raparigas apresentam níveis de iniciativa de crescimento pessoal mais elevados do que os rapazes, o que não vai ao encontro do estudo de Beri e Jain (2016), em que não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre rapazes e raparigas em relação a escala total da PGIS-II. Contudo, nas subescalas “Planeamento” e “Prontidão para a mudança” verificaram-se diferenças estatisticamente significativas, sendo que as raparigas apresentaram maior média que os rapazes nestas duas subescalas. Nas subescalas “Usar recursos” e “Comportamento intencional” não se encontraram diferenças estatisticamente significativas consoante o género (Beri & Jain, 2016). Os resultados de um estudo recente de Patanapu e colaboradores (2018) demonstram não haver diferenças estatisticamente significativas entre os rapazes e as raparigas ao nível da iniciativa de crescimento pessoal.

Ainda no mesmo estudo, foram encontradas diferenças estatisticamente significativas relativamente ao ano de estudo, uma vez que os alunos do 4º ano apresentavam uma maior média na subescala “Prontidão para a mudança” em comparação com os restantes anos (Patanapu et al., 2018).

Em relação à idade existem algumas diferenças, sendo que os estudantes mais velhos demonstram uma forte intenção de ser mais proativos e fazer um maior investimento no próprio processo de mudança. Assim, estes estudantes são mais propensos para delimitar um dado objetivo e reunir esforços e recursos para o atingirem (Straaten et al., 2015).

A investigação de Beri e Jain (2016), com uma amostra de 480 estudantes universitários, estudou a relação entre a iniciativa de crescimento pessoal, o bem-estar geral e a autoeficácia emocional. Os principais resultados mostram que o bem-estar geral é um forte preditor da iniciativa de crescimento pessoal. Neste estudo verificaram-se, também, diferenças entre as áreas de estudo, sendo que os estudantes das áreas de ciências apresentaram níveis mais elevados de ICP, autoeficácia emocional e bem-estar geral do que os estudantes das áreas de

artes e do comércio. Entre os estudantes de artes e de comércio, estes últimos têm níveis mais elevados de ICP, autoeficácia emocional e bem-estar geral.

O desempenho acadêmico do estudante universitário poderá ser influenciado pelos níveis de iniciativa de crescimento pessoal, nomeadamente na subescala “Comportamento intencional”, uma vez que estudantes com melhor desempenho acadêmico procuram de forma intencional melhorar os seus resultados, motivando-se para atingir os resultados académicos pretendidos (Patanapu et al., 2018). O desenvolvimento da iniciativa de crescimento pessoal no estudante universitário é, então, fundamental para um melhor desempenho acadêmico e para a construção de uma carreira de sucesso (Meyers, Woerkom, Reuver, Bakk, & Oberski, 2015).

Segundo o estudo de Stevic e Ward (2008), a universidade desempenha um papel importante no desenvolvimento da iniciativa de crescimento pessoal e na satisfação com a vida do estudante, sendo importante as universidades reconhecerem e darem *feedback* positivo aos estudantes, como, por exemplo, através do apoio às atividades extracurriculares dos alunos (e.g., desporto).

As universidades que estimulam de alguma forma os estudantes para uma maior autoeficácia e que os encorajam a estipular objetivos e metas realistas estão a contribuir para jovens com um maior propósito de vida, relações mais saudáveis com os outros e, principalmente, para o aumento de uma sensação de autossuficiência. Deste modo, os estudantes sentem-se parte integrante do contexto universitário e sentem, também, que são capazes de contribuir para o meio envolvente e de se expandirem a nível pessoal e profissional (Sharma & Rani, 2014).

O contexto universitário é, então, essencial para o desenvolvimento pessoal, para encontrar e atribuir um sentido e significado à vida e, sobretudo, proporcionar experiências e mecanismos para os estudantes crescerem (Stevic & Ward, 2008). Neste sentido, denota-se a importância de criar programas para o desenvolvimento da iniciativa de crescimento pessoal, que permitam ao jovem universitário aumentar os seus níveis de bem-estar e satisfação com a vida (Beri & Jain, 2016) e possibilitem um ótimo funcionamento e ajustamento nos vários domínios da vida (Weigold, Porfeli, & Weigold, 2013).

Por último, resultados de uma intervenção desenvolvida por Thoen e Robistchek (2013) indicam que a melhor intervenção para promover a iniciativa de crescimento pessoal combinava um programa de psicoeducação sobre a iniciativa de crescimento pessoal e o desenvolvimento de atividades para o crescimento pessoal. A psicoeducação sobre a iniciativa de crescimento pessoal consistia em explicar em que consiste este construto, quais as subescalas da ICP, como se pode utilizar a ICP nas nossas vidas e como é que a podemos desenvolver. Por sua vez, as atividades para o crescimento pessoal poderiam englobar atividades que os participantes nunca tivessem feito e que os fizessem sair da sua zona de conforto (Thoen & Robistchek, 2013).

1.1.2. O contexto universitário e o desenvolvimento psicossocial do jovem adulto estudante universitário

Atualmente, o ensino superior não é uma instituição que apenas transmite conhecimento estático, mas sim uma instituição de transformação do conhecimento e do desenvolvimento humano (Gonçalves & Cruz, 1988). Para além de transmitir e gerar novos conhecimentos, e criar bons profissionais, o ensino superior tem como objetivo mais amplo ajudar o estudante a desenvolver-se a nível psicossocial (Sousa et al., 2013).

Ao entrar no ensino superior, o estudante depara-se com a dicotomia entre as grandes expectativas que tem sobre a liberdade e autonomia que quer alcançar e alguma ansiedade, e o receio pela mudança e de possíveis dificuldades de adaptação (Almeida, 2007). A fase de transição do secundário para a universidade irá, assim, trazer várias exigências e desafios, a nível académico, social e pessoal (Almeida, 2007), sendo encarada como um período que fomenta a autonomia e a independência do jovem estudante.

Segundo Dias (1995, citado por Preto, 2003), ao entrar no ensino superior, os jovens terão algumas dificuldades em alguns aspetos: (a) dificuldades académicas e vocacionais, (b) dificuldades consigo próprio (referentes a características mais individuais, como baixa autoestima, insegurança), (c) dificuldades interpessoais, (d) mal-estar difuso (i.e., dificuldades sentidas pelos alunos que lhes são difíceis de explicar e que levam a um mal-estar e sensação de confusão), (e) acontecimentos de vida e, por fim, (f) dificuldades de adaptação psicossocial (adaptação com o novo contexto e separação/individuação da sua família de origem e da sua residência). Estas dificuldades não devem ser entendidas como algo que irá obrigatoriamente gerar problemas, mas como parte integrante do processo do desenvolvimento psicossocial do jovem adulto estudante universitário (Preto, 2003).

Relativamente a exigências experienciadas a nível académico, os estudantes vão deparar-se com um volume de trabalho muito maior e um ritmo de aprendizagem diferente do ensino secundário, havendo, também, diferenças nos métodos de ensino e de avaliação (Almeida, 2007).

A nível pessoal e interpessoal, os jovens são confrontados com questões e tarefas relacionadas com o desenvolvimento de relações interpessoais mais maduras, o estabelecimento de um sentido de identidade, a exploração e identificação de papéis sociais e sexuais, o estabelecimento de uma filosofia de vida e o estabelecimento de metas tanto profissionais como pessoais (Almeida & Soares, 2004).

A transição para o ensino superior caracteriza-se, então, como um período de grande mudança e de experimentação (Moreira, 2007), sendo que o contexto universitário é visto tanto como um desafio ou como um suporte do desenvolvimento pessoal (Gonçalves, 2012). Segundo Gonçalves e Cruz (1988, p. 128), “como importante etapa de transição para a vida adulta, a

experiência universitária desempenha um papel crucial no futuro do jovem estudante”, sendo um período de construção identitária, onde os estudantes descobrem e estabelecem os seus limites individuais (Andrade, 2014; Mendes, Duarte, Araújo, & Lopes, 2013).

Chickering e Reisser (1993) desenvolveram um modelo sobre o desenvolvimento psicossocial do estudante universitário, a partir de sete vetores: (1) tornar-se competente (desenvolver competências intelectuais, físicas, sociais e interpessoais); (2) gerir emoções (desenvolver competências para identificar as emoções, assim como expressar e controlar adequadamente as emoções); (3) desenvolver a autonomia e a interdependência; (4) desenvolver relações interpessoais maduras; (5) estabelecer a identidade; (6) desenvolver objetivos de vida; e (7) desenvolver a integridade (aumento da congruência entre crenças e comportamentos e aumento de um sistema de valores próprio e enraizado), referida por Almeida e Soares (2004).

É importante destacar que grande parte das mudanças acontecem ao nível dos hábitos de socialização, como a aceitação de responsabilidades em tarefas quotidianas que promovam a autonomia e o crescimento, tais como a gestão do tempo, gestão do dinheiro, tarefas domésticas, transportes, horários, práticas educativas mais autónomas e uma sensação de liberdade e controlo sobre as suas vidas (Mendes et al., 2013).

Para além disso, a relação dos estudantes com as suas famílias também poderá sofrer algumas mudanças, sendo que, para os estudantes que mudam de cidade, a família passa a estar mais ausente (Mendes et al., 2013), e os estudantes tendem a estabelecer novas amizades e criam uma nova rede de suporte (Almeida, 2007). Já para os estudantes que ficam a estudar na própria cidade, existem, igualmente, algumas alterações, pois estando os estudantes integrados num meio académico, as dinâmicas de sociabilidade implicam mais tempo fora de casa, e tentem a negociar com os pais mais autonomia e liberdade de escolha. Os estudantes precisam, então, de mais espaço e tempo para se ambientarem a esta nova dinâmica, e quando os pais não cedem essa autonomia, podem gerar-se conflitos (Mendes et al., 2013).

O contexto do ensino superior irá promover a aprendizagem moral e cívica, auxiliando o estudante universitário a ser capaz de compreender a diversidade social e os processos de natureza cívica, política e económica (Pascarella, 1996; Andrade, 2014; Gonçalves, 2012). Os valores políticos e a orientação social e cívica tendem a evoluir num sentido positivo durante o ensino superior, havendo um aumento da tolerância para com os outros e por pessoas com opiniões e ideais diferentes. A importância dada aos valores religiosos tende a diminuir com a entrada no ensino superior e, por fim, o jovem adulto tende a ser mais liberal em relação à igualdade de género (Pascarella & Terensini, 1991 cit in Gonçalves, 2012). Deste modo, o desenvolvimento psicossocial pode ser entendido como um indicativo de participação social (Andrade, 2014).

A frequência de um dado curso irá ter influência sobre o desenvolvimento moral, pois cursos que estimulem mais o criticismo sobre temas sociomorais irão permitir ao estudante ter uma postura diferente de maior complexidade sobre os seus ideais e argumentações morais (Pascarella & Terensini, 1991 cit in Gonçalves, 2012; Pascarella, 1996).

Existem algumas características das instituições de ensino superior que podem vir a ter uma influência positiva no desenvolvimento do estudante, tais como: (a) ter a preocupação de incluir no seu sistema de ensino aspetos cívicos e morais; (b) promover a participação ativa do estudante em organismos e entidades que contribuam para a gestão da instituição; (c) promover a autonomia do estudante; (d) estabelecer abordagens que, posteriormente, facilitem a comunicação entre aluno e instituição; (e) envolver os alunos em projetos, como, por exemplo, de cariz comunitário; (f) propiciar uma cultura partilhada sobre questões sociomorais (Astin, 1977, citado por Gonçalves, 2012).

É, ainda, de salientar que as atividades extracurriculares (e.g., praticar um desporto) também apresentam uma relação favorável com o desenvolvimento do jovem adulto. A título de exemplo, a participação em atividades desportivas está associada a liderança, satisfação com a instituição que frequentam, autoestima, bem-estar, autonomia, saúde física e mental e ao aumento da rede de suporte e rede de pares (Almeida & Soares, 2004).

1.2. Violência conjugal

A violência conjugal é um fenómeno complexo, transversal e multideterminado, que atravessa gerações, diferentes faixas etárias, meios socioeconómicos, culturas e ambos os sexos (Guerra et al., 2016; Rosa & Falcke, 2014). Apesar de haver uma maior percentagem de mulheres que sofrem de violência conjugal, atualmente, o fenómeno não escolhe géneros, ou seja, não se trata de um problema de género, mas sim de um problema humano (Aldrighi, 2004). Estudar a violência conjugal é estudar um enorme número de fatores e variáveis (individuais, sociais e do contexto), nomeadamente as próprias crenças que as pessoas têm sobre o que é a violência conjugal.

A violência doméstica pode ser definida como um conjunto de condutas de carácter abusivo sobre um dos companheiros, ou seja, como uma forma de controlo de um membro do casal para com o outro (Paulino & Rodrigues, 2016). Esta pode ser perpetrada de diversas formas, desde as mais subtis e ligeiras até às mais graves, através de maus-tratos psicológicos, verbais, físicos e sexuais (Machado, Matos, & Gonçalves, 2006).

A violência conjugal, por sua vez, é um conceito mais restrito do que violência doméstica, visto que inclui atos de violência de um parceiro sobre o outro - que estejam numa relação íntima - ou entre um ex-companheiro sobre o outro. Já o conceito de violência doméstica é mais abrangente e refere-se a atos continuados de violência no contexto doméstico, ou seja, não só

contra o parceiro, mas contra todos os familiares que vivam no mesmo espaço doméstico partilhado (Associação Portuguesa de Apoio à Vítima [APAV], 2018; Guerra et al., 2016).

As consequências da violência conjugal são inúmeras e podem verificar-se a curto ou médio prazo, incluindo, por exemplo, danos físicos, sexuais, psicológicos ou emocionais, isolamento social e privação económica. O(a) agressor(a) tenta subordinar a vítima, afastando-a do seu grupo de suporte (amigos, família), e tenta controlar todos os seus passos, fazendo com que esta esteja constantemente num estado de alerta (hipervigilância), vergonha e imenso medo. Este fenómeno apresenta, também, repercussões na autoestima e autoconceito (neste caso negativo) da vítima, fazendo-a sentir-se incompetente, culpada da situação, sem valor e perceber-se sem capacidades e sem recursos para sair da situação (desânimo aprendido; Paulino & Rodrigues, 2016).

Os principais fatores de risco associados ao agressor são: ser do género masculino e jovem, ter um baixo nível de educação, possuir poucos recursos socioeconómicos, ter antecedentes de comportamento desviante, ter antecedentes pessoais ou familiares de vitimação, sofrer de algum tipo de doença física ou mental, apresentar um consumo exacerbado de substâncias e estar desempregado (APAV, 2010; Azevedo, 2011). Por sua vez, os fatores de risco associados à vítima são: ser do género feminino, apresentar um consumo exacerbado de substâncias, ter alguma doença física ou mental, estar dependente financeira ou emocionalmente do agressor e ter um baixo nível de educação (APAV, 2010). É importante referir, porém, que os fatores de risco na violência conjugal devem ser encarados como simples indicadores e não como fatores causais que irão obrigatoriamente levar ao desencadeamento do fenómeno (Azevedo, 2011).

Apesar de uma maior prevalência de violência conjugal sobre as mulheres, os homens também são vítimas deste fenómeno; muitas vezes, é uma violência escondida, em que os homens têm vergonha de mostrar fragilidade e de ser desacreditados (APAV, 2018). Dos comportamentos de violência mais frequentes sobre o homem, destacam-se: abandonar a relação, chamar a polícia por falsas acusações, negar o acesso à paternidade (impedir de ver os filhos) e ameaças (Machado & Matos, 2014; APAV, 2018).

Neste sentido, a violência doméstica e a violência conjugal devem ser encaradas como um problema social e humano e não como um problema exclusivamente de género. Apesar das elevadas taxas de violência do homem sobre a mulher e da ainda presente e infeliz desigualdade de género, é importante estudar o fenómeno olhando para todas as parcelas do mesmo, não descorando a violência sobre o homem.

1.2.1. Tipos de violência

Segundo a APAV (2018), a violência pode ser categorizada em: Violência emocional/psicológica, violência social, violência física, violência sexual, violência financeira e perseguição (“*stalking*”). A violência emocional/psicológica é definida como qualquer comportamento do(a)

companheiro(a) que visa fazer o outro sentir medo ou inútil. Usualmente, inclui comportamentos como ameaçar, menosprezar e humilhar o outro na presença de amigos, familiares ou em público, gritar para atemorizar a vítima e destruir objetos com valor afetivo para esta (APAV, 2018; Guerra et al., 2016; Paiva & Figueiredo, 2004).

Quanto à violência social, alguns autores denominam este tipo de violência como isolamento social (Guerra et al., 2016), sendo que o isolamento social é uma consequência direta da violência social e traduz-se em comportamentos como: Tentar controlar a vida social do parceiro, impedindo-o de visitar amigos e/ou familiares, trancar o parceiro em casa, interceder as chamadas do parceiro, entre outros (APAV, 2018). Este tipo de comportamentos tem como objetivo último isolar a vítima, pois é mais fácil manipular e controlá-la quando esta não tem uma boa rede de suporte social e familiar (Paulino & Rodrigues, 2016).

A violência física caracteriza-se como qualquer ato destrutivo intencional que provoca danos físicos ao companheiro, traduzindo-se em comportamentos como empurrar, pontapear, queimar, puxar cabelos, dar cabeçadas, atirar objetos, dar estaladas ou disparar uma arma (Aldrighi, 2004; APAV, 2018; Paulino & Rodrigues, 2016).

Já a violência sexual ou coerção sexual é caracterizada por comportamentos de imposição de práticas de cariz sexual contra a vontade da vítima ou avanços e comentários sexuais indesejados (Paulino & Rodrigues, 2016), como por exemplo: (a) pressionar ou forçar o(a) companheiro(a) para ter relações sexuais quando este não quer; (b) pressionar, forçar ou tentar que o(a) companheiro(a) mantenha relações sexuais desprotegidas; (c) forçar o outro a ter relações com outras pessoas; e (d) enviar mensagens escritas/telefônicas com o objetivo de assediar (APAV, 2018; Guerra et al., 2016; Mendes et al., 2013).

A violência financeira ou o abuso económico (Guerra et al., 2016) é qualquer comportamento que leve ao controlo do dinheiro do(a) companheiro(a) sem o seu consentimento. Esta inclui, por exemplo, controlar o ordenado do outro, recusar dar dinheiro ao outro ou forçá-lo a justificar qualquer gasto e/ou ameaçar retirar o apoio financeiro como forma de controlo (APAV, 2018).

A perseguição (“*stalking*”) pode ser definida como qualquer comportamento que visa intimidar o outro e caracteriza-se por um assédio persistente (Matos, Grangeia, Ferreira, & Azevedo, 2012). Traduz-se, assim, em comportamentos como controlar todos os movimentos do parceiro, persegui-lo até ao trabalho ou escola e seguir todos os seus passos (APAV, 2018).

1.2.2. Fases do ciclo da violência

A violência conjugal não se restringe apenas a um momento isolado, sendo contínua ao longo do tempo. A dinâmica da violência conjugal é explicada através de três fases do ciclo da violência, que são a “Construção da tensão”, a “Tensão máxima” e, por fim, a fase “Lua-de-

mel - fase de reestruturação do relacionamento” (Quaresma, 2012; Walker, 1999 citado por Falcke, Oliveira, Rosa, & Bentancur, 2009).

Na primeira fase, “Construção da tensão” ou “Fase de aumento da tensão” (Guerra et al., 2016) surgem pequenos incidentes, começando por fortes discussões, em que qualquer pretexto serve para o agressor agir agressivamente com a vítima. Nesta fase, a vítima tende a apaziguar a situação e tenta ceder ao agressor, acreditando que se passa de uma situação passageira (Paulino & Rodrigues, 2016).

Numa segunda fase, “Tensão máxima” ou “Fase do ataque violento ou do episódio de violência” surgem situações de perda do controle sobre a situação e agressões levadas ao extremo. Nesta fase, o(a) agressor(a) tenta deslocar a culpa para a vítima (“Vê o que me obrigaste a fazer” ou “Vês o que fizeste”) ou para fatores externos (“Não fui eu, foi o álcool” ou “Não estava em mim, eu não sou assim”; Falcke et al., 2009; Guerra et al., 2016; Paulino & Rodrigues, 2016).

Numa terceira fase, “Lua-de-mel - fase de reestruturação do relacionamento”, o(a) agressor(a) tenta desculpar-se das agressões, mostrando arrependimento e desejo de mudança, prometendo que nunca mais se repetirá o ato violento, e o restabelecimento da relação conjugal. Esta fase corresponde a um período de enamoramento e faz com que a vítima tente encontrar alguma normalidade na relação e acreditar que tudo vai voltar ao normal (Falcke et al., 2009; Guerra et al., 2016). Este período é caracterizado por um aglomerado de manipulações emocionais, em que o(a) agressor(a) aumenta o seu domínio sobre a vítima e o ciclo recomeça de novo. Após esta fase de enamoramento, tudo volta ao que era antes, tornando-se um ciclo vicioso, intercalado por agressões com diferentes graus de gravidade, levando, por vezes, à morte da vítima (Paulino & Rodrigues, 2016).

Na violência doméstica e na conjugal, bater ou magoar nunca é uma coisa pontual, sendo muitas vezes continuada no tempo, nunca devendo ser encarada como um sinal de amor - bater e magoar o outro deliberadamente não é amor, é violência. Muitas vezes, os atos de carinho e amor são alternados com atos de violência, sendo que muitas vítimas continuam a sentir afetos positivos pelo agressor, sendo possível coexistir esta dicotomia entre o amor/violência (APAV, 2018; Guerra et al., 2016).

1.2.3. Modelos explicativos da violência

De acordo com a literatura, os modelos que explicam a causalidade da violência entre parceiros íntimos são os seguintes: modelos socioculturais, modelos interpessoais, modelos intrapessoais e os modelos integrativos (modelo ecológico; Filipe, 2013).

Os modelos socioculturais centram-se nas características sociais e culturais que podem ter influência na perpetração da violência. Dentro destes existe a perspectiva feminista e os modelos do poder e do controlo. A perspectiva feminista defende que a violência (e, em

particular, a violência contra a mulher) deve-se a uma postura sexista com crenças e atitudes que sustentam a desigualdade de gênero, predominando ainda a ideia que o homem é o dominador e a mulher a dominada, com uma postura passiva e subordinada (Filipe, 2013; Pérez, Fiol, Palmer, & Guzmán, 2006). Segundo a perspectiva feminista, estar inserido em comunidades em que predominam crenças e atitudes que suportem a desigualdade de gênero, constitui um fator de risco para a violência conjugal (Filipe, 2013).

Já nos modelos de poder e controlo predomina a ideia de que as diferenças de poder e controlo estão na origem da violência conjugal. Assim, a violência tanto pode decorrer da percepção de poder que o agressor tem sobre a vítima, ou a percepção de que não tem poder (acabando por usar a violência para contrariar essa percepção de falta de poder; Woodin & O'Leary, 2009).

Segundo os modelos interpessoais, a violência conjugal deve-se a características da relação, nomeadamente a existência de conflitos, padrões comunicacionais negativos ou ineficazes (e.g., falta de entendimento, ausência de comunicação) e a insatisfação com a relação (Filipe, 2013).

Os modelos intrapessoais focam-se em características pessoais (como o temperamento, carácter, personalidade) e na existência ou não de contacto prévio com situações de violência. Dentro destes modelos está incluído o modelo da transmissão intergeracional da violência que defende que as crianças que foram expostas a situações de violência em idades precoces vão desenvolver crenças legitimadoras para o uso da violência em situações futuras (Stith et al., 2000). Contudo, este modelo não deve ser usado isoladamente, pois existem outros fatores que podem contribuir para o uso da violência por crianças que foram expostas a atos de violência.

Ainda dentro dos modelos intrapessoais é discutida a influência do consumo de álcool ou outras substâncias como um preditor da violência, os estilos de vinculação (estilos de vinculação inseguros), o nível de agressividade (quanto maior o nível de agressividade, maior a probabilidade de ter comportamentos violentos), dificuldades de regulação emocional, e dificuldades de interação social, comunicacionais e relacionais (Filipe, 2013).

Dentro dos modelos integrativos, é de destacar o modelo ecológico de Dutton (1995) e o modelo ecológico proposto pela Organização Mundial de Saúde (2002). Tanto um como outro valorizam a integração e a articulação de várias variáveis e apenas vão diferenciar a nível da ordem em que os conceitos são apresentados e na sua nomenclatura. É importante procurar a explicação num modelo que considere variáveis individuais, sociais, relacionais, culturais e ambientais (Antunes, 2016), sendo, também, importante ler o fenómeno ecologicamente (Quaresma, 2012).

Segundo o modelo ecológico de Dutton (1995), a violência pode ser compreendida a partir de quatro níveis: Macrossistema, exossistema, microssistema e, por último, o nível ontogénico. No

nível mais amplo, o macrosistema (ou sistema de políticas sociais), encontramos muitas vezes a integração de teorias feministas e a igualdade de gênero, incluindo variáveis sobre as crenças e os valores culturais. Num segundo nível, o exossistema, surgem as teorias sociológicas, que estudam a influência de variáveis como as estruturas sociais, formais e informais do agressor (e.g., grupo de amigos, suporte social, local de trabalho, contexto social, vizinhança; Azevedo, 2011). O exossistema inclui “as crenças e atitudes veiculadas pelas redes sociais, o grau e qualidade da interação com elas e o apoio prestado pelas instituições perante as situações de violência” (Filipe, 2013, p. 21). No microsistema são consideradas variáveis situacionais, como por exemplo, a união familiar, padrões comunicacionais, os modelos relacionais (a dinâmica das relações), antecedentes do abuso e as consequências do abuso. Por fim, no nível ontogénico, as variáveis estudadas estão relacionadas com características individuais que podem ou não influenciar a resposta da pessoa face a uma situação de violência (Azevedo, 2011).

O modelo ecológico proposto pela Organização Mundial de Saúde (2002) é, igualmente, composto por quatro níveis idênticos ao modelo ecológico de Dutton (1995), porém esses níveis estão organizados de forma diferente - é composto pelo nível individual, relacional, comunitário e social. O primeiro nível centra-se em fatores biológicos e individuais e sociodemográficas, como a idade, o gênero, a educação, o nível socioeconómico, o ter estado exposto a comportamentos violentos no passado, a personalidade e a psicopatologia. Num segundo nível é observada a dinâmica das relações, entre o casal, com a família e com o grupo de pares (Casique & Furegato, 2006). O contexto comunitário é explorado num terceiro nível, onde são estudados os contextos do indivíduo e de que maneira estes podem influenciar o uso ou não da violência. São, assim, estudados aspetos como: A taxa de desemprego, a densidade populacional, a existência de tráfico de drogas na naquela comunidade, o isolamento social, entre outros (Casique & Furegato, 2006; Diogo, 2014). Por fim, no quarto nível são descortinados os fatores sociais que podem influenciar a violência, como por exemplo, a existência de normas culturais que sustentam ou não a violência e as políticas sociais e económicas que podem contribuir para a desigualdade e levar a uma banalização da violência (Casique & Furegato, 2006; Diogo, 2014).

1.2.4. Dados Epidemiológicos

Nas camadas mais jovens, um estudo atual da União de Mulheres Alternativa e Resposta (UMAR, 2017) estudou a prevalência da violência no namoro numa amostra de 5500 jovens portugueses com idade média de 15 anos. Quanto à prevalência da legitimação, 14% não consideraram a violência psicológica como um tipo de violência, sendo que os rapazes legitimam mais este tipo de violência do que as raparigas, por exemplo, 30% dos rapazes não consideram o ato de insultar o outro um ato de violência e 18% das raparigas também não o consideram.

O ato de controlar o companheiro não é reconhecido como violência por 28% dos inquiridos. Relativamente ao abuso nas redes sociais, 24% não o considera violência. No que concerne à violência sexual, 24% não reconhece atos de violência sexual como violência, por exemplo, 36% legitima pressionar para beijar à frente dos amigos e 13% legitima o fazer pressão para ter relações sexuais. Também aqui os rapazes apresentam maior percentagem de crenças legitimadoras sobre a violência. Quanto a perseguição (“*stalking*”), 25% dos jovens inquiridos não o consideraram como violência. Em relação a violência física, 6% legitima estes atos, particularmente, 8% dos rapazes e 4% das raparigas (UMAR, 2017). Quanto à vitimização, 11% afirma já ter sido vítima de violência psicológica, 15% de violência física, 6% de violência sexual, 11% de violência nas redes sociais, 10% de atos de controlo e 15% atos de perseguição. Quanto à violência psicológica, aos atos de controlo e à violência sexual, são as raparigas as mais vitimizadas, enquanto que na violência e abuso nas redes sociais existe uma maior prevalência nos rapazes (ainda que não muito grande, 12% dos rapazes para 11% das raparigas). Já na violência física e na perseguição não existem grandes diferenças entre rapazes e raparigas quanto à vitimização (UMAR, 2017).

Segundo o relatório anual da APAV (2017) foram recebidos pedidos de ajuda de 3558 vítimas do sexo feminino e 285 vítimas do sexo masculino, em contexto de relações íntimas. Em relacionamentos homossexuais, a APAV foi procurada por 37 vítimas do sexo masculino e 38 vítimas do sexo feminino. Salienta-se, contudo, que estes dados apenas nos indicam uma pequena parte das vítimas que existem, ou seja, apenas mostra quem procura ajuda e não é um número real e exato das vítimas que existem.

Apesar de pouco relatada e pouco estudada, a violência doméstica nos homens é também um grave fenómeno, que merece mais atenção. Segundo as estatísticas da APAV relativas ao intervalo de tempo 2013 e 2015, a APAV registou um total de 1240 pedidos de ajuda por parte dos homens, sendo que em 56% dos casos denunciados a vítima e o agressor estão numa relação conjugal (APAV, 2013-2015). Os homens são, então, também vítimas de violência nas suas relações, principalmente de violência psicológica (Machado & Matos, 2012, 2014).

Uma investigação sobre a violência nas relações íntimas entre parceiros do mesmo sexo com 168 participantes, concluiu que 91.7% dos inquiridos relatou ter sido vítima de pelo menos um ato abusivo durante o último ano e 92.3% admitiu ter tido este tipo de conduta em relação ao seu parceiro durante o último ano, sendo a violência psicológica a mais frequente (em relação à vitimização e à perpetração; Santos & Caridade, 2017).

Relativamente à prevalência da violência nas relações íntimas dos estudantes universitários existem inúmeros estudos na literatura que retratam o fenómeno. Segundo o estudo internacional sobre a violência no namoro, o “*The International Dating Violence Study (IDV)*” (Straus, 2004), que engloba resultados de 31 universidades de 16 países, 29% dos estudantes tinham sofrido de violência física por parte do companheiro no último ano, sendo as

“bofetadas” e os “empurrões violentos” o mais frequente e o “estrangulamento, socos e ataques usando arma ou outros objetos” o menos frequente, mas mesmo assim com uma percentagem de 10%. Neste estudo não houve diferenças significativas entre gêneros, sendo que tanto rapazes como raparigas demonstraram comportamentos agressivos durante o namoro (Straus, 2004). Dados mais recentes do “*The International Dating Violence Study*” de Straus (2008), que engloba resultados de 32 países e com uma amostra de 13601 estudantes universitários, mostram que um terço dos estudantes universitários relatam pelo menos uma conduta violenta nos últimos doze meses, e tanto os rapazes como as raparigas têm comportamentos agressivos nas suas relações, o que vai ao encontro do estudo de Straus (2004), seguido de níveis elevados de perpetração por parte das raparigas. As raparigas apresentam mais comportamentos violentos nas suas relações do que os rapazes, o que vai contra o estereótipo de que as raparigas são sempre as vítimas e os rapazes os agressores. Na amostra em estudo constatou-se que a violência entre parceiros íntimos é bidirecional, ou seja, tanto os rapazes como as raparigas têm comportamentos violentos (Straus, 2008).

Numa investigação desenvolvida por Aldrighi (2004), os resultados indicam que numa amostra de 455 estudantes universitários, 21.4% relatam a ocorrência de pelo menos um episódio de violência física no espaço de um ano. E segundo Miller (2011), um em cada quatro estudantes universitários já experienciou um episódio de violência física durante uma relação de namoro.

Por sua vez, os resultados do estudo de Manuel (2014), e no contexto universitário português, mostram que a violência psicológica foi mais frequentemente indicada tanto pelas vítimas (61.2%) como pelos agressores (63.1%). Quanto a coerção/violência sexual, houve uma percentagem de 30.3% por parte das vítimas e de 18.6% referente à violência física. Estes resultados são consistentes com os resultados de um estudo de Paiva e Figueiredo (2004) com 318 estudantes universitários, em que a violência mais frequente é a psicológica (com 53.8% referentes à perpetração e 50.8% à vitimização) e a coerção sexual (com 18.9% de perpetração e 25.6% de vitimização).

Por último, numa investigação de Marques (2016), no contexto universitário português, com uma amostra de 475 estudantes universitários, 52.6% refere pelo menos um ato violento por parte do parceiro durante o namoro. Ainda neste estudo é importante referir que a violência verbal é a mais prevalente (34.7%), seguida da violência psicológica (32.0%), violência social (26.3%), violência física (18.9%) e violência sexual (9.2%). Dos estudantes que indicam sofrer ou ter sofrido de violência no namoro, 84% não se consideram vítimas, isto é, tendem a desvalorizar os atos violentos.

1.3. Crenças sobre a violência conjugal

A violência conjugal é um problema social, em que tanto os agressores como as vítimas negam e desculpam a gravidade dos atos, legitimando muitas vezes a violência (Aldrighi, 2004). O que

faz com que o comportamento violento seja legitimado? O que faz com que o(a) agressor(a) responda usando a violência? Uma possível resposta reside nas crenças e nas representações sociais que fazemos sobre o fenômeno.

As crenças influenciam a forma como percebemos, selecionamos e avaliamos as informações que recebemos do exterior (João & Lourenço, 2017), tendo um papel fundamental no processamento de informação, nomeadamente ao nível da seleção e interpretação da informação (Cláudio, Pereira, & Robalo, 1994). Segundo o princípio fundamental da teoria cognitiva, “é a maneira como os indivíduos percebem e processam a realidade que influenciará a maneira como eles se sentem e se comportam” (Knapp & Beck, 2008, p. 57).

Somos constantemente estimulados pelo nosso meio envolvente e moldados em grande parte pelo que nos rodeia. O nosso desenvolvimento advém das nossas interações com os outros e as nossas crenças vão surgindo como consequência das percepções e das representações sociais que vamos construindo (João & Lourenço, 2017; Ventura, Ferreira, & Magalhães, 2013).

Segundo Knapp e Beck (2008), é através da interação entre a genética, o contexto e as experiências significativas de cada pessoa que se desenvolvem crenças centrais/nucleares. Nas crenças centrais encontram-se os esquemas, que são pensamentos disfuncionais profundos, que vão funcionar como filtros para processar as informações e experienciais atuais. Os esquemas formam-se precocemente no desenvolvimento através das experiências da criança com as pessoas significativas e da percepção que esta tem sobre as atitudes das pessoas para consigo (Knapp & Beck, 2008).

Das crenças centrais surgem as crenças intermediárias (i.e., pressupostos, regras e atitudes face a determinadas situações). Posteriormente, a partir das crenças intermediárias surgem os pensamentos automáticos, que surgem no consciente da pessoa e que são o espelho das crenças individuais e coletivas que cada indivíduo tem, influenciando a maneira como o sujeito interpreta cada situação, atribuindo-lhe ou não uma valência positiva (Knapp & Beck, 2008). Os pensamentos automáticos levam a reações emocionais, comportamentais e fisiológicas (Beck, 2013). As crenças funcionam como uma “lente” que vai moldar a nossa percepção sobre um determinado acontecimento (Mendes & Cláudio, 2010).

Segundo Bandura (1979), o comportamento dos sujeitos irá ser determinado consoante a valência positiva ou negativa que é atribuída à violência doméstica, ou seja, se as crenças de cada indivíduo forem baseadas na validade e legitimação da violência doméstica, este fenômeno irá ser avaliado positivamente, sendo que este tipo de conduta irá ser legitimado.

As crenças sobre a violência vão influenciar as nossas atitudes face a situações de violência. Neste sentido, se um sujeito possuir crenças que permitam e sustentem a violência conjugal, este irá avaliar esse fenômeno positivamente e irá ter, também, atitudes que vão ao encontro

da crença e que, posteriormente, vão influenciar o seu comportamento. Assim, as crenças que acerca da violência vão ser um recurso valioso para interpretar e tentar perceber o fenómeno da violência (Mendes, 2009).

A legitimação e aceitação da violência ou o simples desinteresse por esta temática é resultante de falsas crenças/crenças negativas que se tem acerca da mesma. Quer seja a vítima, o(a) agressor(a) ou um mero observador, a atitude do indivíduo advém sempre do seu conjunto de crenças, ou seja, daquilo que para ele é considerado violência e até onde é o limite da mesma (Mendes & Cláudio, 2010). Por exemplo, se tivermos a seguinte crença central “Ciúmes é sinal de amor”, o que leva ao desenvolvimento de crenças intermediárias como “Um casal que não tem ciúmes é porque não se ama”, isto traduzir-se-á em pensamentos automáticos como “É normal o meu/minha namorado/a proibir-me de ir a uma dada festa” ou “É normal o meu/minha namorado/a querer controlar-me, é sinal de que preocupa comigo”. Por outro lado, se não legitimarmos a violência iremos ter crenças como “A violência no namoro é crime” (crença central), “A violência não pode ser legitimada” ou “É preciso saber dizer não numa situação de violência” (crenças intermediárias), “Não vou permitir que o meu/minha namorado/a me bata” ou “Não vou permitir que o meu/minha namorado/a me controle, pois isso constitui uma forma de violência” (pensamentos automáticos; Mendes, 2009).

Associado à violência doméstica e conjugal existem mitos e estereótipos que influenciam a forma como as pessoas percecionam a violência e as relações, e que muitas vezes dificultam a denúncia de situações de violência. Dos mitos e estereótipos encontrados na literatura, é de salientar os seguintes: “Entre marido e mulher não se mete a colher”; “A mulher só é agredida porque não faz nada para o evitar ou porque merece”; “Bater é sinal de amor” ou “Uma bofetada de vez em quando nunca fez mal a ninguém”; “A violência e o amor/afeto não coexistem nas famílias/relações íntimas”; “A VD/VC só ocorre nos estratos socioeconómicos mais desfavorecidos”; “A VD/VC só ocorre sob efeito do álcool ou outras drogas”; “A VD/VC resulta de problemas de saúde mental”, “A VD/VC é um fenómeno raro/pouco frequente” e “Ter ciúmes é sinal de amor e preocupação” (Guerra et al., 2016). Estes falsos estereótipos tendem a amenizar as situações de violência e a culpar a vítima da agressão (APAV, 2018), como por exemplo “A mulher só é agredida porque não faz nada para o evitar ou porque merece”.

As crenças sobre a violência doméstica influenciam a perceção que as pessoas têm do fenómeno e contribuem para a perpetração e amenização do mesmo. Alguns dos estereótipos apresentados espelham crenças enraizadas sobre os papéis de género, muitas vezes presentes no discurso de um agressor(a), que tem tendência para rotular o seu ato como não violento ou atenuar os efeitos que o mesmo pode ter na vítima (Azevedo, 2011).

É importante “perceber como a dimensão cultural poderá influenciar a construção social do género e dos relacionamentos violentos” (Caridade & Machado, 2012, p. 108), avaliando as

crenças sociais e culturais que estão subjacentes à violência num dado contexto e para compreender as atitudes e o enquadramento cultural das mesmas (Machado et al., 2006).

1.3.1. Crenças dos estudantes universitários acerca da violência conjugal

Tal como foi referido anteriormente, a entrada no ensino superior é um período de mudança, em que o estudante universitário constrói uma nova rede de apoio e estabelece relações fora do contexto familiar, sendo, também, um período de construção da própria identidade e dos próprios valores e crenças (Mendes et al., 2013). As crenças que o jovem terá irão influenciar a legitimação ou não da violência e como é que vão agir expostos a uma situação de possível violência.

O fenómeno da violência conjugal em idades mais jovens deve-se, em grande parte, a uma banalização por parte dos jovens, normalizando os atos violentos e muitas vezes confundindo atos repreensíveis de violência com amor (Mendes & Cláudio, 2010). Estas falsas representações do que é amor e do que é violência levam a que o fenómeno passe, frequentemente, despercebido no contexto universitário.

A despreocupação com o fenómeno da violência deve-se, igualmente, à crença que os jovens têm de que a violência doméstica é um fenómeno que apenas acontece com casais mais velhos (González-Ortega et al., 2008).

Nas relações de intimidade juvenis existe uma elevada prevalência da violência conjugal, porém existe uma baixa aceitação social da violência. Parece haver uma discrepância entre aquilo que são as práticas/comportamentos e as crenças/atitudes dos jovens (Caridade & Machado, 2012).

Os jovens têm tendência para identificarem situações de exceção onde a violência é justificável, como por exemplo: quando ocorre em privado, de forma impulsiva, quando é de menor gravidade, quando o(a) agressor(a) tem algum tipo de psicopatologia ou quando o ato violento é seguido de um pedido de desculpas (Caridade, 2011). Estes dados demonstram a importância de estudar a discrepância entre crenças e comportamentos e de perceber quais os mecanismos cognitivos e emocionais que justificam a violência (Caridade & Machado, 2012).

Numa amostra de 1938 estudantes universitários, mais de metade dos inquiridos concordam com os mitos e estereótipos que existem sobre a violência: 77% acham que a maior parte das mulheres poderia sair de uma relação abusiva se realmente quisesse; 62% consideram que alguma violência advém da maneira como as mulheres tratam os homens; 71% das pessoas que são violentas contra a sua família não são suscetíveis de mudar; 85% relata que as pessoas que são agressivas com os seus companheiros têm problemas mentais ou alguma perturbação de personalidade e 85% considera que a violência doméstica é causada pelo consumo exacerbado de álcool e drogas (Nabors, Dietz, & Jasinski, 2006).

Ainda na mesma investigação, 97% dos participantes considera que quando o marido usa força física para obrigar a companheira a ter relações sexuais, esse comportamento se trata de violência doméstica e 89% partilha da mesma opinião quando é a mulher a obrigar o companheiro a ter relações sexuais. Ainda, 97% e 96% consideram violência doméstica esmurrar o/a companheiro/a, respetivamente. Dar uma estalada na companheira durante uma discussão é considerado violência doméstica por 87%; o mesmo comportamento perpetrado pela mulher sobre o homem é considerado por 61% dos inquiridos como violência doméstica. Apenas 29% e 24% dos inquiridos considera violência doméstica o insulto verbal sobre as mulheres e os homens, respetivamente (Nabors et al., 2006).

No contexto universitário português, é de destacar a investigação de Mendes e colaboradores (2013), que através de um estudo com *design* quantitativo (*focus group*), recolheu as visões que os estudantes universitários têm sobre a violência nas relações de namoro. Os principais resultados mostram que os estudantes universitários consideram impensável a violência (sobretudo a violência física), contudo, a violência psicológica é minimizada e não tanto valorizada. A maioria considerou intolerável a violência, porém alguns tentavam desculpar alguns atos, tentando normalizar a violência, sendo que nestes casos as perceções dos estudantes traduziam estereótipos sociais. Os participantes do estudo consideraram difícil identificar situações de violência em relações de namoro, por ser uma relação muito fechada e pela tendência que se tem de desvalorizar os primeiros sinais de violência. Este estudo destaca, também, alguns resultados negativos, como a perceção que certos comportamentos não são de violência (e.g., o “toque não consentido”, a “invasão de privacidade”) e a perceção que os estudantes têm de como lidar com estas situações, sendo que a maioria afirma não saber como agir em situações de violência (Mendes et al., 2013).

De acordo com uma investigação de Barroso (2008), as principais causas apontadas para a ocorrência de violência conjugal, segundo as vítimas, são o ciúme, o alcoolismo, as questões de divórcio, a gravidez não desejada, o desemprego e a toxicod dependência.

O ciúme é erroneamente visto como uma prova de amor e de que se é importante para o outro (Mendes & Cláudio, 2010). Este é, muitas vezes, apontado como causa para a ocorrência de violência conjugal (Barroso, 2008). Nas raparigas parece haver uma certa confusão entre o que é amor, o ciúme e a violência e, frequentemente, as raparigas tendem a confundir ciúme com amor, sendo que “o namorado brigão é, não raras vezes, visto como protetor e a expressão de ciúme exagerado considerada uma ‘prova’ de amor” (Barroso, 2008, p. 7). As demonstrações de ciúme, de posse e de insegurança são muitas vezes interpretadas como bons sentimentos e um falso indicador de que a relação é saudável (e.g., “Se tem ciúmes é porque se interessa por mim”). Esta confusão entre amor e ciúme leva, com grande frequência, a uma legitimação inconsciente da violência nas relações íntimas (Caridade & Machado, 2006; Dias, 2012).

Numa investigação de Dias (2012), foram comparadas as significações (narrativas) dadas ao amor por sujeitos com historial de violência e sujeitos sem historial de violência (quer na população juvenil, quer na população adulta), identificando cinco reportórios interpretativos do amor: Romântico (amor verdadeiro, o conceito de “encontrar a pessoa certa” e a noção de que só se atinge a felicidade com o amor), companheiro (associado a valores como amizade, honestidade, fidelidade), pragmático (conceptualização das relações e do amor mais racional e ponderado), apaixonado (associado a expressões como “amor à primeira vista” e “paixão incontrolável”) e o *game-playing* (relações vistas como um jogo, sem investimento emocional e sem compromisso). A autora refere que para interpretar os resultados é necessário ter em conta que não é a adoção de um dado reportório que leva ou não a violência, mas sim padrões de conjugação e estruturação dos reportórios que podem facilitar ou dificultar o uso de violência. A conjugação entre o reportório companheiro, o romântico e o pragmático com uma menor frequência do reportório apaixonado está associada a uma baixa tolerância às práticas relacionais abusivas.

Por outro lado, a conjugação entre o reportório romântico, o companheiro e o apaixonado e com uma menor frequência o reportório pragmático está associada a uma maior legitimação e tolerância a práticas relacionais abusivas. Os jovens tendem a utilizar o reportório romântico e o apaixonado para legitimar o uso de violência e confundir atos violentos com preocupação e amor. Quando comparados os sujeitos sem historial de violência com os sujeitos com historial de violência, os últimos apresentam uma metáfora de “amor sacrifício” e uma construção discursiva do amor desencantado. A metáfora de “amor sacrifício” tem subjacente a noção de sacrifício por amor, ou seja, ceder e abdicar em prol do outro. A noção de “amor desencantado” advém do mal-estar psicológico associado à descrença no amor verdadeiro e nas relações saudáveis e duradouras (Dias, 2012). Esta investigação alerta para a necessidade em investigar e perceber de que forma as pessoas veem e vivenciam as suas relações.

Numa investigação desenvolvida por Lazarevich, Camacho, Alva e Avila (2015), em que foram estudadas as perceções e as atitudes de 212 estudantes universitários, verificou-se que a maioria dos estudantes considera como inaceitáveis situações de violência no namoro. Porém, alguns estudantes relatam que a violência pode ser aceitável em algumas situações e outros também consideraram que um casal precisa de um “líder” e que o amor verdadeiro envolve sofrimento.

Relativamente às diferenças de género, as raparigas tendem a ver as agressões dos parceiros como uma forma de obter intimidação, não dando importância ao ato, enquanto que os rapazes justificam os seus atos como uma resposta às atitudes “provocadoras” das raparigas (Gagne & Lavoie, 1993, citados por Caridade & Machado, 2006). Por outro lado, os rapazes apresentam um maior grau de suporte com as crenças que legitimam a violência (Machado, Macieira, & Carreiras, 2010), o que é consistente com outras investigações (Machado, Caridade, & Martins, 2009; Félix, 2012; Mendes & Cláudio, 2010; Nabors et al., 2006; Spencer, Morgan, Bridges,

Washburn-Busk, & Stith, 2017). São, também, os rapazes que apresentam mais comportamentos violentos nas suas relações (Nelas, Chaves, Coutinho, Cruz, & Amaral, 2016), tendo mais atitudes de tolerância face à violência nos relacionamentos (Antunes, 2016). Contudo, num outro estudo não se verificaram diferenças significativas entre os rapazes e as raparigas em relação à legitimação das crenças (Fernandes, Caetano, Almeida, & Figueiredo, 2009).

Os rapazes apresentam-se como os mais permissivos, havendo uma maior concordância com as condutas violentas (Moura, 2012), o que está relacionado com questões socioculturais e o estereótipo sobre o género feminino como o dominado e o sexo masculino como o dominador (Ventura et al., 2013). Para além disso, os rapazes têm uma maior tendência para usar a violência como resposta para resolver conflitos interpessoais. Esta tendência está associada ao estereótipo tradicional sobre os papéis sociais de uma mulher e de um homem em que o rapaz deve ser o “forte” e o dominador da relação (González-Ortega et al., 2008).

A maior prevalência de violência conjugal sobre a mulher deve-se à desigualdade entre homens e mulheres, o que origina crenças sexistas e permissivas no que toca à violência na mulher. A violência conjugal na mulher é “um reflexo de uma cultura onde a mulher é vista como um ser inferior que se deve subjugar às vontades, muitas vezes cruéis, dos seus parceiros” (Paulino & Rodrigues, 2016, p. 34). Assim, as crenças e atitudes mais tolerantes em relação à violência contra as mulheres traduzem fortes estereótipos da sociedade e constituem um forte fator de risco para a ocorrência de violência nas relações íntimas (González-Ortega et al., 2008).

No que concerne à idade, são os mais jovens (entre os 18 e os 20 anos) que apresentam níveis mais elevados de legitimação da violência (Mendes & Cláudio, 2010), sendo que os estudantes do 1º ano têm maior propensão para apresentarem crenças que justificam a violência física e sexual (Nabors et al., 2006). De acordo com uma investigação de Machado e colaboradores (2009), os estudantes universitários, quando comparados com estudantes do ensino secundário ou do ensino profissional, apresentam níveis mais baixos de suporte com as crenças que legitimam a violência. Estes resultados vão ao encontro do que foi descrito anteriormente, em que os mais jovens apresentam um maior grau de suporte com as crenças que legitimam a violência.

Segundo Machado e colaboradores (2009), os estudantes que não estão num relacionamento ou que nunca tiveram um relacionamento íntimo têm um grau mais elevado de suporte com as crenças que legitimam a violência em comparação com os estudantes que estavam num relacionamento. Nelas e colaboradores (2016) referem, ainda, que são os estudantes que não que se encontram numa relação de namoro que apresentam mais comportamentos de violência física e sexual, em comparação com os que se encontram num relacionamento.

Quanto à formação académica, existem diferenças entre estudantes cuja formação inclui unidades curriculares nas quais são abordados temas da violência e os estudantes que não

abordam isso ao longo do seu percurso acadêmico (Machado et al., 2010; Mendes & Cláudio, 2010). Uma vez que vão ter acesso a uma maior literacia sobre igualdade de género e violência, o que lhes irá permitir interpretar a situação de maneira diferente. Para além disso, os conhecimentos sobre a área da violência ou da igualdade de género poderão influenciar as crenças e atitudes dos jovens sobre a mesma (Pérez et al., 2006).

As experiências de vida, a idade, a educação recebida e os exemplos de modelos relacionais do indivíduo, ou o facto de trabalhar ou participar em organizações relacionadas com os direitos humanos, aparecem como fatores que influenciam as crenças dos estudantes universitários (Pérez et al., 2006).

De acordo com a literatura e com o mencionado anteriormente, as principais crenças legitimadoras da violência advêm da atribuição da violência a causas externas (como o álcool), de crenças erradas sobre o amor e o ciúme, crenças que traduzem estereótipos sociais sobre o género e legitimação de crenças pela preservação da privacidade familiar.

Entender as crenças que os jovens universitários têm sobre a violência e como percecionam certas situações de risco pode ajudar a criar programas de intervenção, tanto para a prevenção primária da violência como programas que estimulem a criação de relações saudáveis e promotoras do bem-estar do indivíduo, com base em crenças adaptativas (Black et al., 2014; Cornelius & Resseguie, 2007; Mendes & Cláudio, 2010). Seria pertinente a implementação destes programas desde cedo e com as camadas mais jovens de modo a desmistificar os mitos e estereótipos que levam à perpetração da violência (Mendes & Cláudio, 2010).

1.4. Objetivos e hipóteses de investigação

Considerando a revisão bibliográfica efetuada adquire especial sentido a questão de investigação seguinte: será que existe uma relação entre as crenças legitimadoras da violência conjugal e os níveis de iniciativa de crescimento pessoal em estudantes universitários? Neste sentido, o objetivo geral da investigação é avaliar os níveis de iniciativa de crescimento pessoal e as crenças sobre a violência conjugal em estudantes universitários. Como objetivos específicos identificamos os seguintes:

1. Verificar se existe uma associação entre a ICP e as crenças sobre violência conjugal em estudantes do ensino superior;
2. Verificar se existem diferenças significativas nas crenças acerca da violência conjugal e nos níveis de ICP entre os géneros feminino e masculino;
3. Verificar se existem diferenças significativas nas crenças acerca da violência conjugal e nos níveis de ICP entre os alunos que frequentam diferentes cursos no ensino superior;
4. Verificar se existem diferenças significativas nas crenças acerca da violência conjugal e nos níveis de ICP entre os alunos que estão num relacionamento íntimo e os que não estão.

5. Verificar se existem diferenças significativas nos níveis de ICP entre alunos que vivem com a família durante o período escolar, dos que vivem com colegas/amigos ou que vivem sozinhos.

Com base na pesquisa bibliográfica feita e de acordo com a questão de investigação e os respetivos objetivos, são apresentadas as hipóteses que nortearam a presente investigação, referindo a respetiva fundamentação teórica:

Hipótese 1- Os alunos do género masculino apresentam um maior grau de suporte para as crenças que legitimam a violência conjugal do que os alunos do género feminino (e.g. Machado et al., 2009; Spencer et al., 2017).

Hipótese 2- Os alunos que frequentam cursos da área da Psicologia e da Sociologia apresentam um menor grau de suporte para as crenças que legitimam a violência do que os alunos de Economia, Ciências do Desporto, Gestão e Marketing (e.g. Félix, 2012; Mendes & Cláudio, 2010; Mendes, 2009).

Hipótese 3- Os alunos que não se encontram num relacionamento apresentam um maior grau de suporte para as crenças que legitimam a violência do que os alunos que se encontram num relacionamento (e.g. Machado et al., 2009).

Hipótese 4- Não existem diferenças entre rapazes e raparigas considerando a ICP (e.g. Patanapu, 2018).

Hipótese 5- Existem diferenças entre o curso frequentado considerando a ICP (e.g. Beri & Jain, 2016).

Hipótese 6- Não existem diferenças entre o estado civil considerando a ICP (e.g. Igbokwe, 2016).

Hipótese 7- Os alunos que vivem durante o período escolar sozinhos ou com colegas/amigos apresentam valores mais elevados de ICP do que os que vivem com a família.

Hipótese 8- Os alunos que apresentam um menor grau de suporte para as crenças que legitimam a violência apresentam níveis mais elevados de ICP.

Capítulo 2 - Método

2.1 Desenho de investigação

Ao nível do desenho de investigação, este estudo é de natureza quantitativa, com um design transversal, descritivo e correlacional. É transversal, na medida em que os dados são recolhidos num único momento e o estudo foca-se num único grupo representativo da população em estudo (Ribeiro, 2010), e descritiva porque tem como objetivo principal descrever a realidade e os fenómenos (Aragão, 2011). Considera-se uma investigação correlacional porque analisam-se as relações das variáveis em estudo, sem haver manipulação das mesmas (Ribeiro, 2010).

2.2 Participantes

Tendo como referência a natureza e os objetivos de estudo definiu-se como população alvo estudantes do ensino superior que frequentem o 1ºano. No presente estudo participaram 273 alunos do ensino superior, que frequentam o 1ºano do 1ºciclo de estudos na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas de uma universidade pública portuguesa, pertencendo a um dos seguintes cursos: Ciências do Desporto, Ciências Políticas e Relações Internacionais, Economia, Gestão, Marketing, Psicologia e Sociologia.

Como critérios de inclusão foram definidos os seguintes: ser aluno da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas de uma universidade pública portuguesa, a frequentar o 1ºano e ter idade igual ou superior a 18 anos. A seleção dos participantes realizou-se de acordo com o critério de conveniência.

Com base nos critérios de exclusão foram excluídos os participantes que não responderam e que não estavam no primeiro ano; que tinham menos de 18 anos e participantes que não responderam na totalidade a uma das escalas em estudo ou ao questionário sociodemográfico. Sendo que dos 308 inquiridos, apenas ficaram em estudo 273 participantes.

Dos 273 participantes, 117 (42.9%) são do género masculino e 156 (57.1%) são do género feminino. Nesta amostra a idade varia entre os 18 e os 37 anos ($M= 19.24$, $DP= 1.87$), e a maioria tem 18 anos (40.7%) e 19 anos de idade (33.0%).

Dos participantes 234 (85.7%) são de nacionalidade portuguesa e 38 (13.9%) são de outra nacionalidade. Os participantes de nacionalidade portuguesa estão distribuídos geograficamente pelos seguintes distritos: Setúbal, Beja, Faro, Madeira com 1 (0.4%) participante cada um; Portalegre e Açores com 3 (1.1%) participantes; Leiria e Viana de Castelo com 4 (1.5%) dos participantes; Coimbra, Bragança e Vila Real com 5 (1.8%) dos participantes; 8 (2.9%) dos participantes são de Lisboa; 9 (3.3%) dos participantes são do distrito de Braga; 10

(3.7%) dos participantes são do distrito do Porto; 17 (6.2%) dos participantes são dos distritos de Aveiro e Santarém; 20 (7.3%) dos participantes são do distrito da Guarda; 24 (8.8%) dos participantes são do distrito de Viseu e 123 (44.7%) são do distrito de Castelo Branco.

Relativamente ao curso, 50 (18.3%) frequentam o curso Ciências do Desporto; 45 (16.5%) dos inquiridos frequentam o curso de Ciências Políticas e Relações Internacionais; 34 (12.5%) dos inquiridos frequentam o curso de Economia; 40(14.7%) dos inquiridos frequentam o curso de Gestão; 25 (9.2%) dos inquiridos frequentam o curso de Marketing; 44 (16.1%) dos inquiridos frequentam o curso de Psicologia e 30 (11%) dos inquiridos frequentam o curso de Sociologia.

Quanto à orientação sexual, 232 (85%) dos inquiridos são heterossexuais, 6 (2.2%) são homossexuais, 13 (4.8%) assinalaram ter outra orientação sexual para além das duas mencionadas e 22 (8.1%) não respondeu ao item.

Até à data de aplicação dos questionários, 150 (56.6%) dos inquiridos não estavam num relacionamento íntimo, 115 (43.4%) estavam num relacionamento íntimo e 8 (2.9%) não responderam à questão. No que concerne à natureza da relação e relativo aos 42.1% de inquiridos que respondeu estar numa relação, 19 (16.7%) dos inquiridos está numa relação sem compromisso, 84 (73.7%) inquiridos namoram, mas não vivem juntos, 10 (8.8%) namoram e vivem juntos e por fim 1 (0.9%) inquirido é casado.

Relativamente à variável “com quem vive no período escolar”, 125 (45.8%) vivem com colegas de faculdade/amigos; 81 (29.7%) vivem com a família/agregado familiar e 39(14.3%) vivem sozinhos.

Tabela 1
Distribuição dos Participantes Segundo as Variáveis Sociodemográficas (n =273)

Variáveis Sociodemográficas	N	Frequências (%)
Género		
Feminino	156	57.1
Masculino	117	42.9
Idade		
18	111	40.7
19	90	33.0
20	30	11.0
21	18	6.6
22-37	23	8.5
Nacionalidade		
Nacionalidade Portuguesa	234	85.7
Outra Nacionalidade	38	13.9
Curso		
Ciências do Desporto	50	18.3
Ciências Políticas e Relações Internacionais	45	16.5
Economia	34	12.5
Gestão	40	14.7
Marketing	25	9.2
Psicologia	44	16.1
Sociologia	30	11.0

Orientação Sexual		
Heterossexual	232	85.0
Homossexual	6	2.2
Outra	13	4.8
Estado Civil		
Estar num relacionamento íntimo	115	43.4
Não estar num relacionamento íntimo	150	56.6
Natureza da Relação		
Relação sem compromisso	19	16.7
Namorar sem viver junto	84	73.7
Namorar e viver juntos	10	8.8
Casados	1	0.9
Com que vive no período escolar		
Família/Agregado Familiar	81	29.7
Colegas da Faculdade/Amigos	125	45.8
Sozinho(a)	39	14.3

2.3 Instrumentos

O protocolo de investigação era composto pelo consentimento informado, nove instrumentos diferentes e um questionário sociodemográfico. Contudo para o presente estudo apenas foram consideradas a Escala de Crenças sobre violência conjugal (ECVC), a Escala de Iniciativa de Crescimento Pessoal (EICP-II) e o questionário sociodemográfico.

2.3.1 Questionário sociodemográfico

O Questionário Sociodemográfico permite caracterizar a amostra, e para uma melhor caracterização da mesma, selecionou-se as variáveis do questionário sociodemográfico que são mais pertinentes para caracterizar a amostra em estudo, tais como: sexo, idade, curso que frequenta, orientação sexual, estado civil, natureza do relacionamento íntimo, nacionalidade, local de residência e o local de residência durante o período escolar (Anexo 2).

2.3.2 Escala de Crenças sobre Violência Conjugal (E.C.V.C)

A Escala de Crenças sobre Violência Conjugal (ECVC) foi elaborada por Matos, Machado e Gonçalves (2000) e tem como objetivos avaliar as crenças em relação à violência física e psicológica nas relações conjugais, mensurar o grau de legitimação face a violência conjugal e quais as crenças que maior legitimam a mesma.

É constituída por 25 itens, divididos em 4 fatores, sendo que o fator 1 avalia a “legitimação e banalização da pequena violência” e compreende 16 itens (itens números 2,9,12,13,14,15,16,17,18,19,20,21,22,23,24 e 25); o fator 2 avalia a “ legitimação da violência pela conduta da mulher” e compreende 10 itens (itens números 5,7,8,9,10,11,12,13,14 e 23); o fator 3 avalia a “legitimação da violência pela sua atribuição a causas externas” e compreende 8 itens (itens números 2, 3,4,5,6,7,8 e 10) e o fator 4 avalia a “legitimação da violência pela preservação da privacidade familiar “ e é constituída por 6 itens (itens números 1,7,8,9,15 e 17). O fator 1 “legitimação e banalização da pequena violência” refere-se a crenças que

normalizam a pequena violência, como por exemplo, “Os insultos são normais entre um casal”; o fator 2 “legitimação da violência pela conduta da mulher” refere-se à validação da violência conjugal pelo comportamento da mulher; o fator 3 “legitimação da violência pela atribuição a causas externas” justifica a violência através de fatores externos, como por exemplo o álcool e o fator 4 “legitimação da violência pela preservação da privacidade familiar” refere-se à validação da violência para preservar a intimidade do lar (Mendes & Cláudio, 2010).

É um questionário de auto-resposta do tipo *Likert* com 5 níveis de resposta, sendo que: 5 pontos correspondem a *concordo totalmente*; 4 ponto corresponde a *concordo*; 3 pontos correspondem a *não concordo nem discordo*; 2 pontos correspondem a *discordo* e 1 ponto corresponde a *discordo totalmente*. As pontuações da escala podem variar entre 25 e 125 (Machado et al., 2006).

Através do *alfa* de Cronbach verifica-se uma excelente consistência interna, sendo que o valor do alfa de Cronbach é .93 (Machado, et al., 2006). No presente estudo, o cálculo do alfa de Cronbach indica-nos um alfa de .91, o que se traduz numa muito boa confiabilidade (Pereira & Patrício, 2016), o que vai ao encontro ao estudo original da escala (Matos, Machado & Gonçalves, 2000), entre outras investigações (Ventura et al., 2013).

No fator 1 da ECVC (“legitimação e banalização da pequena violência”) o alfa de cronbach é de .91; no fator 2 (“legitimação da violência pela conduta da mulher”) o alfa de Cronbach é de .85; no fator 3 (“legitimação da violência pela sua atribuição a causas externas”) o alfa de Cronbach é de .79 e por fim, no fator 4 (“legitimação da violência pela preservação da privacidade familiar”) o alfa de Cronbach é de .77. Em todos os fatores o valor de alfa de Cronbach traduz-se numa boa consistência interna (Pereira & Patrício, 2016).

Tabela 2
Cálculo da Confiabilidade da ECVC e dos Respetivos Fatores Através do Alfa de Cronbach

ECVC	Número de itens	Alfa de Cronbach
Fator 1 “legitimação e banalização da pequena violência”	16	.91
Fator 2 “legitimação da violência pela conduta da mulher”	10	.85
Fator 3 “legitimação da violência pela sua atribuição a causas externas”	8	.79
Fator 4 “legitimação da violência pela preservação da privacidade familiar “	6	.77
Escala total ECVC	25	.91

2.3.3 Escala de Iniciativa de Crescimento Pessoal (EICP-II)

A versão original da Escala de Iniciativa de Crescimento Pessoal- Personal Growth Initiative Scale é da autora Christine Robitschek (1998). A versão original da escala, a PGIS, avaliava a iniciativa de crescimento pessoal como um construto unidimensional, uma vez que não separava a componente cognitiva da comportamental. Mais tarde, em 2009, surge a Personal Growth

Initiative Scale-II (PGIS-II) que mensura a iniciativa de crescimento pessoal como um construto multidimensional, ao separar a componente comportamental da cognitiva, através dos quatro fatores (Robitschek et al., 2012).

A escala é composta por 16 itens divididos em 4 fatores: “*readiness for change*” (Prontidão para a mudança), “*planfulness*” (planeamento), “*using resources*” (usar recursos) e “*intencional behavior*” (comportamento intencional). O fator “*readiness for change*” compreende 4 itens (itens números, 2,8,11 e 16); o fator “*planfulness*” compreende 5 itens (itens números 1,3,5,10 e 13); o fator “*using resources*” compreende 3 itens (itens números 6,12 e 14) e o fator “*intencional behavior*” denota 4 itens (itens números 4,7,9 e 15). Todos os itens estão formados na forma positiva. É um questionário de auto-resposta em que os itens são cotados de 0 a 5, sendo que 0 é “discordo totalmente”, 1 é “discordo em parte”, 2 é “discordo um pouco”, 3 é “concordo um pouco”, 4 é “concordo em parte” e 5 é “concordo fortemente” (Robitschek et al., 2012).

Para a cotação de cada fator soma-se os itens de cada fator e divide-se pelo número de itens desse fator. O total da escala é calculado somando-se as pontuações de cada fator e dividindo pelo número de fatores (Robitschek et al., 2012).

A escala original apresenta boas propriedades psicométricas, sendo que o cálculo do alfa de Cronbach indica uma boa consistência interna, que varia entre .78 a .90 (Robitschek,1998).

No presente estudo, o cálculo do alfa de Cronbach apresenta um valor de .93 na escala total, no fator 1 “Prontidão para a mudança” o alfa de Cronbach tem o valor de .81; no fator 2 “Planeamento” o alfa de Cronbach tem um valor de .88; no fator 3 “Usar recursos” o alfa de Cronbach tem um valor de .70 e no fator 4 “comportamento intencional” o alfa de Cronbach tem um valor de .86.

Em todos os fatores e na escala total o valor de alfa de Cronbach traduz-se numa boa consistência interna (Pereira & Patrício, 2016). Estes resultados vão de acordo com outras investigações na população em geral (Robitschek et al., 2012; Freitas et al., 2018) e investigações com estudantes universitários (Ayub & Iqbal, 2012; Yalcin & Malkoc, 2013; Weigold, Weigold, Russell & Drakeford, 2014; Chang et al., 2018). Devido à falta de estudos no contexto português, é pertinente comparar o alfa de Cronbach do presente estudo com o de outras investigações (Tabela 3).

Tabela 3
Valores do Cálculo do Alfa de Cronbach nos Fatores da PGIS-II em Diferentes Estudos

Investigações		Robitschek et al. (2012)	Weigold et al. (2014)	Borowa et al. (2018)	Chang et al. (2018)	No presente estudo
Instrumento		PGIS-II	PGIS-II	PGIS-II	PGIS-II	EICP-II
Amostra		População em geral	Estudantes universitários	Estudantes Universitários	Estudantes universitários	Estudantes Universitários
Valores do alfa de Cronbach	F1	.83	.90	.72	.82	.81
	F2	.84	.92	.87	.86	.88
	F3	.80	.79	.81	.77	.70
	F4	.89	.89	.85	.85	.86

2.4. Procedimento

Como já fora mencionado anteriormente o presente estudo faz parte do projeto de investigação VIOLÊNCIA 360°- Abordagem clínica, familiar, social e comunitária da violência interpessoal em diferentes populações. A investigação foi aprovada pela comissão de ética do Departamento de Psicologia e Educação da Universidade da Beira Interior.

Após a revisão bibliográfica e a definição de questões e objetivos de investigação procedeu-se à recolha de dados. A recolha de dados decorreu durante o mês de março de 2018 e teve em consideração: a participação voluntária, a participação informada, o anonimato, a confidencialidade dos dados e o consentimento informado (Anexo 1). Inicialmente todos os participantes foram informados sobre em que consistia a investigação e sobre a sua participação ser voluntária, podendo desistir a qualquer momento. Ao longo de todo o processo de recolha também foram assegurados o anonimato e a confidencialidade dos dados, através do consentimento informado. A recolha de dados realizou-se através da aplicação de um protocolo de investigação em formato de questionários de auto-resposta, que foram aplicados coletivamente.

Posteriormente à recolha de dados iniciou-se a organização e o tratamento dos dados através da análise estatística, que culminou com a apresentação dos resultados e discussão e reflexão dos mesmos.

A análise estatística foi realizada utilizando o *IBM® SPSS®* (Statistical Package for Social Sciences) versão 25 para Microsoft Windows.

Atendendo à análise estatística, num primeiro momento procedeu-se à organização da matriz de dados. Para isso recorreu-se aos critérios de inclusão e exclusão para os participantes, previamente estabelecidos, excluindo alguns participantes com base nos mesmos. Através do cálculo do alfa de Cronbach verificou-se a consistência interna dos instrumentos utilizados no presente estudo e dos respetivos fatores. De seguida procedeu-se à análise descritiva dos

resultados da Escala de Crenças sobre Violência Conjugal (ECVC) e dos resultados da Escala de Iniciativa de Crescimento Pessoal (EICP-II) de forma a caracterizar de forma mais detalhada a amostra e as respostas dadas pelos participantes.

Posteriormente, procedeu-se à análise estatística inferencial. Tendo que em conta a dimensão da amostra, e de acordo com o teorema do limite central, optou-se pela utilização de testes paramétricos (Pestana & Gageiro, 2014).

Para a comparação entre as médias das variáveis utilizou-se o teste T-student (t) para amostras independentes, e foi interpretado o teste de Levene para averiguar a igualdade das variâncias. Para testar diferenças entre várias situações e duas ou mais variáveis utilizou-se a ANOVA (F) e optou-se também por usar o teste Post Hoc de Gabriel, que permite averiguar se entre os grupos existem diferenças estatisticamente significativas (Martins, 2011).

Para verificar o grau de associação entre a ECVC e a EICP-II procedeu-se ao cálculo da correlação de Pearson (r). Por fim, para averiguar até que ponto as variáveis explicativas conseguem explicar o comportamento da variável dependente, foi feita uma Regressão linear simples (Pereira & Patrício, 2016). O nível de significância utilizado nos testes de inferência estatística foi de 0,05.

Capítulo 3 - Resultados

Neste capítulo serão apresentados os resultados relativos à análise descritiva e à análise inferencial.

3.1. Estatísticas descritivas

3.1.1 Análise descritiva dos resultados da Escala de Crenças sobre Violência Conjugal (ECVC)

De modo a detalhar as respostas dadas aos itens da ECVC, e com a finalidade de caracterizar a amostra em relação ao grau de legitimação das crenças sobre a violência conjugal procedeu-se à análise descritiva dos resultados da ECVC.

As médias de resposta na escala Total da ECVC foram de 39.19 (DP= 12.02). A escala tem 25 itens e a pontuação possível varia entre 25 (mínima) e 125 (máxima), sendo a mediana teórica da escala de 75 (Tabela 4). Através da análise descritiva dos itens da ECVC verificou-se que em geral os itens apresentam valores entre o 1 (*discordo totalmente*) e o 2 (*discordo*).

Tabela 4
Análise Descritiva da Escala Total e dos Fatores da ECVC

Escala ECVC	Média	Desvio-padrão	Mediana	Min. - Max. (verificado)	Min. - Max. (possível)
Fator 1	22.27	7.55	19.5	16-63	16-80
Fator 2	15.34	5.57	14	10-39	10-50
Fator 3	13.83	4.94	13	8-34	8-40
Fator 4	10.35	3.80	9	6-25	6-30
Total	39.19	12.02	36	25-100	25-125

Relativamente à distribuição das percentagens pelo tipo de respostas dadas aos itens da ECVC., 61.04% das respostas correspondem a *discordo totalmente*; 24.09% das respostas correspondem a *discordo*; 8.94% das respostas correspondem a *não concordo nem discordo*; 4.74% das respostas correspondem a *concordo* e 1.2% das respostas correspondem a *concordo totalmente*. De acordo com estes dados pode-se constatar que na amostra em estudo existe uma tendência no sentido de **discordância total** com as crenças que legitimam a violência.

De acordo com a tabela 5, as crenças que os participantes utilizaram com maior frequência para tolerar a violência, foram as crenças associadas ao fator 3 “- Legitimação da violência pela sua atribuição a causas externas” ($\bar{x}_{item} = 1.78$), o fator 4 “Legitimação da violência pela preservação da privacidade familiar” ($\bar{x}_{item} = 1.72$), seguido do fator 2 “Legitimação da violência pela conduta da mulher” ($\bar{x}_{item} = 1.53$) e por fim do fator 1 “Legitimação e banalização da pequena violência” ($\bar{x}_{item} = 1.39$).

Tabela 5
Fatores da ECVC e as Respetivas Médias de Item

Fatores da ECVC	Média de Item
Fator 1 - Legitimação e banalização da pequena violência	1.39
Fator 2 - Legitimação da violência pela conduta da mulher	1.53
Fator 3 - Legitimação da violência pela sua atribuição a causas externas	1.78
Fator 4 - Legitimação da violência pela preservação da privacidade familiar	1.72

Relativamente ao **fator 1**, os itens com maiores níveis de concordância são os itens 9 e 15, sendo que 3.7% concorda com as afirmações descritas nos itens. No item 22 *“Uma bofetada não magoa ninguém”* 73.3% dos inquiridos discorda totalmente e 78% discorda totalmente do item 23, como já mencionado anteriormente. No item 20 *“Se as pessoas permanecem numa relação violenta, é porque merecem a situação em que vivem”* 78.3% discordou totalmente; no item 19 *“Uma mulher deve retirar a queixa de maus tratos contra o marido sempre que este lhe peça desculpa pelo que fez”* 79.9% discorda totalmente; no item 25 *“É mais aceitável um homem bater na mulher do que o contrário”* 79.9% dos inquiridos também discordam totalmente. Os itens 13 e 14 pontuam respetivamente 81.7% e 82.8% no discordo totalmente. No item 16 *“Dar uma bofetada à(ao) parceira(o) quando se está aborrecido ou irritado é normal; é uma coisa sem gravidade”* 80.5% discorda totalmente e por fim 82.4% discordam totalmente do item 24 *“Maridos e mulheres sempre se bateram. É normal e não tem nada de mal”*.

No que concerne ao **fator 2**, evidenciam-se os seguintes resultados: 8.5% concorda e 57% discorda totalmente do item 5 e no item 8, 7% concorda e 56% discorda totalmente, como já fora referido anteriormente. No item 10 *“Os homens passam a agredir as mulheres porque se envolvem em relações conjugais”* 6.6% concorda, 39.9% discorda totalmente e 18.7% nem concorda nem discorda. Neste fator alguns itens apresentam fortes níveis de discordância, tais como: 70.3% discorda totalmente do item 12 *“Se o meu(minha) parceiro(a) me insulta, tenho razões para o (a) agredir.”*; 78% discorda totalmente do item 23 *“Algumas mulheres fazem os homens “perder a cabeça” e, por isso, é natural que eles lhe batam.”*; 81.7% discorda totalmente do item 13 *“Algumas mulheres merecem que lhes batam”* e por fim, e sendo o item com maior nível de discordância, 82.4% discorda totalmente do item 14 *“Um homem tem direito de castigar a mulher se ela faltar ao cumprimento dos seus deveres conjugais”*.

No **fator 3**, 12.1% concorda com o item 6 *“A causa da violência é o abuso do álcool”* e 2.6% concorda totalmente com este item; 9.2% concorda com o item 3 *“os maus tratos só ocorrem quando há outros problemas dentro da família (p. ex., desemprego, consumo de drogas, problemas de dinheiro)”* e 8.5% concorda com o item 5 *“É a ideia de as mulheres quererem ter tantos direitos como os homens que causa problemas entre o casal”*, ainda que 57.0% discorda totalmente com este item. Ainda no fator 3 é de salientar que 68.4% discorda totalmente com

o item 2 “*Os maus tratos ocorrem apenas em famílias de baixo nível económico e educacional*” e 59.6% discorda totalmente do item 7 “*A preocupação com a situação das mulheres que são maltratadas no casamento só serve para separar as famílias*”.

No fator 4 destacam-se alguns resultados, tais como: 17.9% concordam com o item 1 “*O problema dos maus tratos dentro do casamento afeta uma pequena percentagem da população*”, sendo que 5.1% concorda totalmente com este item. E 7.0% concorda com o item 8 “*Os homens batem nas mulheres apenas quando “estão de cabeça perdida”, por algum problema nas suas vidas ou por alguma coisa que elas fizeram*”, sendo que 2.2% concorda totalmente com este item. Contudo 56% discorda totalmente com este item e este último item também se encontra no fator 3, em cima mencionado. Relativamente aos itens com maiores níveis de discordância, 67.4% discorda totalmente do item 9 “*Se as mulheres se portarem como boas esposas não serão maltratadas*”; 65.9% discorda totalmente do item 17 “*A violência conjugal é um assunto privado. Deve ser resolvido em casa*” e 63% discorda totalmente do item 15 “*Em casos de violência doméstica, a polícia deve apenas tentar acalmar os ânimos e reconciliar o casal*”.

3.1.2 Análise descritiva dos resultados da Escala de Iniciativa de Crescimento Pessoal (EICP-II)

Para uma melhor compreensão das respostas dadas à escala EICP-II, e de modo a caracterizar os níveis de ICP na amostra em estudo, procedeu-se à análise estatística descritiva dos resultados da EICP-II.

As médias de resposta na escala Total da EICP-II foram de 13.68 (DP= 3.24). A escala tem 16 itens e a pontuação possível varia entre 0 (mínimo) e 20 (máximo), sendo a mediana teórica da escala de 10 (Tabela 6). Através da análise descritiva dos itens da EICP-II verificou-se que em geral os itens apresentam valores entre o 3 (concordo um pouco) e o 4 (concordo em parte). O que nos indica níveis positivos e moderadamente elevados de iniciativa de crescimento pessoal nos participantes em estudo.

Tabela 6
Análise Descritiva da Escala Total e dos Fatores da EICP-II

Escala EICP-II	Média	Desvio-padrão	Mediana	Min. - Max. (verificado)	Min. - Max. (possível)
Fator 1	3.49	0.88	3.50	1-5	0-5
Fator 2	3.41	0.92	3.40	0-5	0-5
Fator 3	3.02	1.04	3.00	0-5	0-5
Fator 4	3.63	0.93	3.75	0-5	0-5
Total	13.68	3.24	13.75	3-20	0-20

Relativamente à distribuição das percentagens pelo tipo de respostas dadas aos itens da EICP-II, 3.2% das respostas foram *discordo fortemente*, 5.6% das respostas correspondem a *discordo em parte*, 12 % a *discordo um pouco*, 30.8% a *concordo um pouco*, 30.3% a *concordo em parte*

e 18.8% das respostas correspondem a *concordo fortemente*. Através destes dados pode-se constatar que na amostra em estudo existe uma tendência no sentido de **concordância** com os itens, uma vez que na sua maioria, as respostas foram de “*concordo um pouco*” e “*concordo em parte*”.

De acordo com a tabela 7, os itens com maiores níveis de concordância são os que correspondentes ao fator 4 “Comportamento intencional” ($\bar{x}_{item}= 3.64$), seguido do fator 1 “Prontidão para a mudança” ($\bar{x}_{item}= 3.49$), fator 2 “Planeamento” ($\bar{x}_{item}= 3.41$) e do fator 3 “Usar recursos” ($\bar{x}_{item}= 3.03$).

Tabela 7
Fatores da EICP-II e Respetivas Médias de Item

Fatores da EICP-II	Média de Item
Fator 1- Prontidão para a mudança	3.49
Fator 2- Planeamento	3.41
Fator 3- Usar recursos	3.03
Fator 4- Comportamento intencional	3.64

Relativamente ao **fator 1** e no item 2 “*Sei quando estou pronto(a) para fazer mudanças específicas em mim mesmo(a)*” 5.1% responderam “discordo em parte”, 12.6% responderam “discordo um pouco”, contudo 30.4% responderam “concordo em parte”. No item 8 “*Reconheço o que preciso mudar em mim mesmo(a)*” 30.5% concordam em parte e 29% concordam fortemente. No item 11 “*Sei quando preciso fazer alguma mudança específica em mim mesmo(a)*” 32.6% responderam “concordo em parte”. Por fim, no item 16 “*Sei quando é a hora de mudar coisas específicas em mim mesmo(a)*” 13.6% dos inquiridos responderam discordar um pouco e 30.8% concordam em parte.

No **fator 2**, evidenciam-se os seguintes resultados: no item 1 “*Estabeleço objetivos realistas sobre o que eu quero mudar em mim mesmo(a)*” 31.5% concordam em parte e 23.1% concordam fortemente; no item 3 “*Sei fazer planos realistas para mudar a mim mesmo(a)*” 37.7% concordam um pouco e 31.1% concordam em parte; no item 5 “*Quando tento mudar a mim mesmo(a), faço um plano realista para o meu crescimento pessoal*” 35.5% concordam um pouco e 31.1% concordam em parte e no item 10 “*Sei como estabelecer objetivos realistas para mudar a mim mesmo(a)*” 13.2% discordam um pouco, 31.5% concordam um pouco e 31.1% concordam um pouco. Já no item 13 “*Sei quais são os passos necessários para mudar a mim mesmo(a)*” 5.5% discordam totalmente, 11.4% discordam em parte, 19.1% discordam um pouco e 11% concordam fortemente.

No que concerne ao **fator 3** e ao item 6 “*Peço ajuda quando tento mudar a mim mesmo(a)*” 12.8% discordam em parte e 20.5% concordam em parte. No item 12 “*Uso recursos quando eu tento crescer*” 10% discordam um pouco e 38% concordam em parte”. No item 14 “*Procura ajuda ativamente quando tento mudar a mim mesmo(a)*” 11.4% discordam em parte, 19.1% discordam um pouco e 25.4% concordam em parte.

No **fator 4**, evidenciam-se alguns resultados tais como: no item 4 “*Aproveito todas as oportunidades que apareçam para crescer*” com 10, 6% a discordarem um pouco, 29.3% com “concordo em parte” e com 25.6% concordam fortemente. No item 7 “*Trabalho ativamente para melhorar a mim mesmo(a)*” 13.2% discordam um pouco e 4.4% discordam em parte, contudo 32.6% e 25.6% responderam respectivamente “concordo em parte” e “concordo fortemente”. Também os itens 9 “*Estou constantemente tentando crescer como pessoa*” e o item 15 “*Procuro oportunidades para crescer como pessoa*” indicaram na generalidade níveis ótimos de concordância, com respectivamente 34.2% e 25.6% na opção de resposta “concordo fortemente”.

3.2 Estatísticas Inferenciais

3.2.1 Crenças sobre a violência conjugal

De seguida, serão apresentados os resultados da análise inferencial relativa à ECVC e às variáveis sociodemográficas: género, curso e estado civil.

Relativamente ao **género**, o teste de Levene é significativo, $p < .05$, o que indica que se rejeita a hipótese nula de igualdade para variâncias. E de acordo com a tabela 8 há diferenças significativas entre os rapazes e as raparigas relativamente ao grau de suporte para as crenças que legitimam a violência conjugal, $t(271) = 7.91$, $p < .001$. Sendo que, os rapazes apresentam maior grau de suporte com as crenças que legitimam a violência conjugal ($M = 45.20$; $DP = 14.029$) do que as raparigas ($M = 34.69$; $DP = 7.66$). Estas diferenças também se encontram igualmente descritas para cada fator da ECVC.

Como se pode verificar na tabela 8, os resultados no fator 1 foram estatisticamente significativos $t(268) = 6.79$, $p < .001$. E os estudantes do sexo masculino apresentam uma maior legitimação e banalização da pequena violência ($M = 25.91$; $DP = 9.32$) do que os estudantes do sexo feminino ($M = 19.57$; $DP = 4.26$). No fator 2 verificou-se que os resultados foram estatisticamente significativos, $t(269) = 6.26$, $p < .001$ e os estudantes do sexo masculino apresentam uma maior legitimação da violência pela conduta da mulher ($M = 17.82$; $DP = 6.66$) do que os estudantes do sexo feminino ($M = 13.52$; $DP = 3.68$).

No que concerne ao fator 3, obteve-se resultados estatisticamente significativos $t(267) = 5.88$, $p < .001$, e os estudantes do sexo masculino apresentam uma maior legitimação da violência pela sua atribuição a causas externas ($M = 15.84$; $DP = 5.27$) do que os estudantes do sexo feminino ($M = 12.35$; $DP = 4.09$). No fator 4 também se verificaram diferenças estatisticamente significativas, $t(270) = 6.82$, $p < .001$, e os rapazes apresentam uma maior legitimação da violência pela preservação da privacidade familiar ($M = 12.11$; $DP = 4.18$) do que as raparigas ($M = 9.04$; $DP = 2.87$) (Tabela 8).

Tabela 8
Diferenças de Gênero Segundo os Fatores da ECVC e o Total da Escala

	Masculino		Feminino		T	P
	n	M (DP)	N	M (DP)		
ECVC_F1	115	25.91 (9.32)	155	19.57 (4.26)	6.79	.00*
ECVC_F2	115	17.82 (6.66)	156	13.52 (3.68)	6.26	.00*
ECVC_F3	114	15.84 (5.27)	155	12.35 (4.09)	5.88	.00*
ECVC_F4	116	12.11 (4.18)	156	9.04 (2.87)	6.82	.00*
Escala Total	117	45.20(14.03)	156	34.69 (7.66)	7.91	.00*

* $p < .05$

Relativamente ao **curso**, verifica-se que existem diferenças estatísticas significativas entre os cursos frequentados pelos participantes e o grau de suporte com as crenças que legitimam a violência conjugal, $F(6,261) = 2.46$, $p = .025$. O teste Post-Hoc de Gabriel indicou que os alunos do curso de Ciências do Desporto apresentam maior grau de suporte com as crenças que legitimam a violência conjugal do que os alunos de Psicologia.

No fator 1 “legitimação e banalização da pequena violência”, não se verificam estatísticas significativas, $F(6,258) = 2.09$, $p = .055$. Contudo, no fator 2 “legitimação da violência pela conduta da mulher” verificam-se diferenças estatisticamente significativas, $F(6,259) = 2.32$, $p = .034$. O teste Post-Hoc de Gabriel revelou que os alunos do curso de Ciências do Desporto apresentam maior grau de suporte com as crenças que legitimam a violência pela conduta da mulher do que os alunos de Psicologia (Tabela 9).

No fator 3 “legitimação da violência pela sua atribuição a causas externas” não se encontraram diferenças estatisticamente significativas, uma vez que $F(6,257) = 1.23$, $p = .291$. No fator 4 “legitimação da violência pela preservação da privacidade familiar” também apresenta estatísticas significativas, $F(6,261) = 3.11$, $p = .006$. O teste Post-Hoc de Gabriel revelou que os alunos do curso de Ciências de Desporto apresentam maior grau de suporte com a legitimação da violência pela preservação da privacidade familiar do que os alunos de Psicologia. E tentem a relatar maior grau de suporte com a legitimação da violência pela preservação da privacidade familiar do que os estudantes de Ciências Políticas e Relações Internacionais (Tabela 9).

Tabela 9

Apresentação dos Resultados Relativos à Análise de Variância (ANOVA) Unifatorial Entre o Curso e a ECVC

	CPRI (n =45)	GEST n = 40	MKT n = 25	ECO n = 34	CD n = 50	SOC n = 30	PSI n = 44		
	M (DP)	M (DP)	M (DP)	M (DP)	M (DP)	M (DP)	M (DP)	F	P
ECVC	21.95 (9.52)	23.85 (10.75)	22.60 (5.76)	22.12 (6.68)	24.61 (7.48)	21.07 (4.69)	19.70 (3.79)	2.09	.055
F1									
ECVC	14.66 (6.56)	16.70 (7.97)	15.40 (4.34)	15.91 (5.26)	16.90 (5.48)	14.53 (3.46)	13.32 (3.10)	2.32	.034*
F2									
ECVC	13.28 (5.61)	15.08 (6.43)	14.40 (4.87)	14.12 (5.24)	14.47 (4.11)	12.80 (3.95)	12.84 (3.79)	1.23	.291
F3									
ECVC	9.30 (3.67)	11.15 (4.62)	11.00 (4.24)	10.50 (3.46)	11.72 (4.08)	9.83 (2.73)	9.07 (2.87)	3.11	.006*
F4									
Total	37.58 (14.37)	42.25 (16.83)	40.24 (9.54)	39.53 (11.62)	42.90 (11.21)	37.00 (7.56)	35.11 (7.23)	2.46	.025*
ECVC									

* $p < .05$

Atendendo ao **estado civil** e à ECVC, o teste de Levene não é significativo ($p > .05$) o que indica a homogeneidade de variâncias. Uma vez que $p > 0.05$, não existem diferenças estatisticamente significativas entre a média das pontuações dos dois grupos.

De acordo com a tabela 10, verificou-se que não há diferenças significativas entre os participantes que estão num relacionamento íntimo e os que não estão num relacionamento íntimo, relativamente ao grau de suporte para as crenças que legitimam a violência conjugal, $t(263) = -0.78$, $p = .436$. Também não se verificaram diferenças significativas ente os participantes que estão num relacionamento íntimo e os que não estão num relacionamento íntimo, relativamente ao fator 1 da ECVC, $t(263) = -0.80$, $p = .424$ (Tabela 10).

Relativamente aos participantes que estão num relacionamento íntimo dos que não estão, não se verificam diferenças significativas, relativamente ao fator 2 da ECVC, $t(263) = -0.92$, $p = .357$. Também não se verificaram diferenças significativas ente os participantes que estão num relacionamento íntimo e os que não estão num relacionamento íntimo, relativamente ao fator 3 da ECVC, $t(263) = -0.29$, $p = .771$. Por fim, também não se verificam diferenças significativas ente os participantes que estão num relacionamento íntimo e os que não estão num relacionamento íntimo, relativamente ao fator 4 da ECVC, $t(263) = -1.88$, $p = .238$ (Tabela 10).

Tabela 10

Diferenças em Relação ao Estado Civil e os Fatores e a Escala Total da ECVC

	Estar num relacionamento íntimo		Não estar num relacionamento íntimo		T	P
	n	M (DP)	N	M(DP)		
ECVC_F1	115	22.56 (8.20)	148	21.82(6.75)	-0.80	.424
ECVC_F2	115	15.48 (5.62)	148	14.87(5.03)	-0.92	.357
ECVC_F3	115	13.82 (5.14)	148	13.64 (4.62)	-0.29	.771
ECVC_F4	115	10.53 (4.17)	149	9.99 (3.30)	-1.88	.238
Escala Total	115	39.50(12.69)	150	38.36(10.96)	-0.78	.436

3.2.2 Iniciativa de crescimento pessoal

De seguida, serão apresentados os resultados da análise inferencial relativa à EICP-II e as variáveis sociodemográficas: género, curso, estado civil e “com quem vive no período escolar”.

Relativamente ao **género**, o teste de Levene não é significativo ($p > .05$) o que indica a homogeneidade de variâncias. Uma vez que $p > 0.05$, não existem diferenças estatisticamente significativas entre a média das pontuações dos dois grupos.

Não existem diferenças estatisticamente significativas entre a escala total da EICP-II e o sexo, $t(266) = -0.845$, $p = .399$. O mesmo se verificou com os restantes fatores da EICP. Não se verificam diferenças estatisticamente significativas entre a fator 1 e o sexo, $t(271) = -0.19$, $p = .847$. Não se verificam diferenças estatisticamente significativas entre a fator 2 e o sexo, $t(271) = -0.72$, $p = .473$. Também não se verificam diferenças estatisticamente significativas entre a fator 3 e o sexo, $t(271) = 0.21$, $p = .831$. Por fim, também não se verificam diferenças estatisticamente significativas entre a fator 4 e o sexo, $t(271) = -1.16$, $p = .249$ (Tabela 11).

Tabela 11

Diferenças de Género Segundo os Fatores e a Escala Total da EICP-II

	Masculino		Feminino		T	P
	N	M (DP)	N	M(DP)		
EICP_F1	117	3.48 (0.87)	156	3.50 (0.89)	-0.19	.847
EICP_F2	117	3.36 (0.93)	156	3.44 (0.92)	-0.72	.473
EICP_F3	117	3.04 (1.14)	156	3.01 (0.95)	0.21	.831
EICP_F4	117	3.56 (1.01)	156	3.69 (0.87)	-1.16	.249
Escala Total	114	13.49 (3.50)	154	13.82 (3.03)	-0.85	.399

Pode-se observar na tabela 12 que não existem diferenças estatísticas significativas entre os **curros** frequentados pelos participantes e a escala total da iniciativa de crescimento pessoal, $F(6,256) = 0.81$, $p = .560$. Também não se verificam igualmente diferenças estatisticamente significativas entre cada um dos fatores da EICP-II e o curso frequentado.

No fator 1 da EICP-II não se verificam diferenças estatisticamente significativas, uma vez que $F(6,261) = 0.97$, $p = .443$. No fator 2 da EICP-II não se verificam diferenças estatisticamente significativas, $F(6,261) = 0.91$, $p = .486$. Também no fator 3 da EICP-II não se verificam

diferenças estatisticamente significativas, $F(6,261) = 0.35$, $p = .908$. Por fim, no fator 4 da EICP também não se verificam diferenças estatisticamente significativas, $F(6,261) = 1.41$, $p = .209$ (Tabela 12).

Tabela 12

Apresentação dos Resultados Relativos à Análise de Variância (ANOVA) Unifatorial Entre o Curso e a EICP-II

	CPRI n=45	GEST n=40	MKT n=25	ECO n=34	CD n=50	SOC n=30	PSI n=44		
	<i>M (DP)</i>	<i>M (DP)</i>	<i>M (DP)</i>	<i>M (DP)</i>	<i>M (DP)</i>	<i>M (DP)</i>	<i>M (DP)</i>	<i>F</i>	<i>P</i>
EICP F1	3.44 (1.08)	3.44 (1.01)	3.29 (0.72)	3.32 (1.00)	3.63 (0.77)	3.48 (0.75)	3.67 (0.71)	0.97	.443
EICP F2	3.35 (1.08)	3.32 (0.99)	3.18 (1.04)	3.29 (0.97)	3.57 (0.86)	3.41 (0.74)	3.57 (0.81)	0,91	.486
EICP F3	2.99 (1.17)	3.18 (1.09)	3.04 (0.87)	2.96 (1.14)	3.11 (1.09)	3.04 (0.69)	2.89 (1.02)	0.35	.908
EICP F4	3.62 (0.96)	3.48 (0.96)	3.41 (1.13)	3.43 (1.07)	3.82 (0.86)	3.69 (0.62)	3.84 (0.86)	1.41	.209
Total EICP-II	13.58 (3.60)	13.44 (3.76)	12.95 (3.38)	13.09 (3.72)	14.20 (3.00)	13.92 (2.37)	14.14 (2.68)	0.81	.560

Relativamente ao **estado civil** e a EICP-II, o teste de Levene não é significativo ($p > .05$) o que indica a homogeneidade de variâncias. Uma vez que $p > 0.05$, não existem diferenças estatisticamente significativas entre a média das pontuações dos dois grupos. E de acordo com a tabela 13, não se verificaram diferenças significativas entre os participantes que estão num relacionamento íntimo e os que não estão num relacionamento íntimo, ao nível da iniciativa de crescimento pessoal, $t(259) = -0.71$, $p = .476$.

Não se verificaram diferenças significativas entre os participantes que estão num relacionamento íntimo e os que não estão num relacionamento íntimo, ao nível do fator 1 da EICP-II, $t(263) = -0.27$, $p = .786$. Não se verificaram diferenças significativas entre os participantes que estão num relacionamento íntimo e os que não estão num relacionamento íntimo, ao nível do fator 2 da EICP-II, $t(263) = -0.48$, $p = .629$ (Tabela 13).

Também não se verificaram diferenças significativas entre os participantes que estão num relacionamento íntimo e os que não estão num relacionamento íntimo, ao nível do fator 3 da EICP-II, $t(263) = -0.35$, $p = .730$. Por fim, também não se verificaram diferenças significativas entre os participantes que estão num relacionamento íntimo e os que não estão num relacionamento íntimo, ao nível do fator 4 da EICP-II, $t(263) = -0.52$, $p = .602$ (Tabela 13).

Tabela 13
Diferenças Entre o Estado civil e os Fatores e a Escala Total da ECVC

	Estar num relacionamento íntimo		Não estar num relacionamento íntimo		T	P
	n	M (DP)	N	M(DP)		
EICP_F1	115	3.50 (0.82)	150	3.47 (0.92)	-0.27	.786
EICP_F2	115	3.43 (0.93)	150	3.38 (0.92)	-0.48	.629
EICP_F3	115	3.04 (1.04)	150	2.99 (1.03)	-0.35	.730
EICP_F4	115	3.66 (0.97)	150	3.60 (0.91)	-0.52	.602
Escala Total	113	13.82 (3.16)	148	15.53 (3.28)	-0.71	.476

Relativamente à variável “**com quem vive no período escolar**”, não existem diferenças significativas entre os estudantes que vivem com a sua família/agregado familiar, dos que vivem com colegas/amigos ou dos que vivem sozinhos em relação aos níveis de iniciativa de crescimento pessoal, $F(2,238) = 1.43, p = .241$ (Tabela 14).

Não existem diferenças significativas entre os estudantes que vivem com a sua família/agregado familiar, dos que vivem com colegas/amigos ou dos que vivem sozinhos em relação ao fator 1 da EICP-II, $F(2,242) = 1.09, p = .339$. Também não existem diferenças significativas entre os estudantes que vivem com a sua família/agregado familiar, dos que vivem com colegas/amigos ou dos que vivem sozinhos em relação ao fator 2 da EICP-II, $F(2,242) = .472, p = .624$ (Tabela 14).

Não se verificam diferenças significativas entre os estudantes que vivem com a sua família/agregado familiar, dos que vivem com colegas/amigos ou dos que vivem sozinhos em relação ao fator 3 da EICP, $F(2, 242) = 1.32, p = .270$. Por fim, não se verificam diferença significativas entre os estudantes que vivem com a sua família/agregado familiar, dos que vivem com colegas/amigos ou dos que vivem sozinhos em relação ao fator 4 da EICP-II, $F(2,242) = 1.83, p = .162$ (Tabela 14).

Tabela 14
Apresentação dos Resultados Relativos à Análise de Variância (ANOVA) Unifatorial Entre a Variável “Com Quem Vive no Período Escolar” e os Fatores e a Escala Total da EICP-II

	Viver com a Família		Viver com colegas/amigos		Viver sozinho		F	P
	N	M (DP)	N	M (DP)	n	M (DP)		
EICP_F1	81	3.59 (0.89)	125	3.43 (0.84)	39	3.40 (0.84)	1.09	.339
EICP_F2	81	3.46 (0.88)	125	3.34 (0.97)	39	3.44 (0.88)	.472	.624
EICP_F3	81	3.11 (1.04)	125	2.95 (0.99)	39	3.22 (0.90)	1.32	.270
EICP_F4	81	3.78 (0.90)	125	3.58 (0.99)	39	3.46 (0.89)	1.83	.162
Total EICP	79	14.17 (3.07)	123	13.39 (3.32)	39	13.57 (3.15)	1.43	.241

3.2.3 Relação entre as crenças sobre a violência conjugal e a iniciativa de crescimento pessoal

De modo a verificar a associação entre as crenças que legitimam a violência conjugal e a iniciativa de crescimento pessoal, realizou-se o teste do coeficiente de Correlação de Pearson entre a escala total da ECVC e da EICP-II e os fatores da ECVC e os fatores da EICP-II.

Verificou-se que não há uma associação positiva significativa entre as crenças sobre a violência conjugal e os níveis de iniciativa de crescimento pessoal na amostra em estudo, $r = .033$, $p = .587$ (Tabela 15).

Tabela 15
Correlação Entre a Escala Total da ECVC e a Escala Total da EICP-II

		Escala total EICP-II
Escala total ECVC	<i>R</i>	.033
	<i>P</i>	.587
	<i>N</i>	268

De seguida apresenta-se as correlações entre os fatores da ECVC e os fatores da EICP-II.

De acordo com a tabela 16, não se verifica uma correlação positiva significativa entre o fator 1 da ECVC “legitimação e banalização da pequena violência” e a fator 1 da EICP-II “Prontidão para a mudança”, $r = .028$, $p = .643$.

Relativamente ao fator 1 da ECVC “legitimação e banalização da pequena violência” e a fator 2 da EICP-II “Planeamento”, não se verifica uma correlação positiva significativa, $r = -.028$, $p = .645$ (Tabela 16).

Não se verifica uma correlação positiva significativa entre o fator 1 da ECVC “legitimação e banalização da pequena violência” e a fator 3 da EICP-II “Usar recursos”, $r = .091$, $p = .135$. Também não se verifica uma correlação positiva significativa entre o fator 1 da ECVC “legitimação e banalização da pequena violência” e a fator 4 da EICP-II “Comportamento intencional”, $r = -.006$, $p = .920$ (Tabela 16).

Tabela 16
Correlação Entre o Fator 1 da ECVC e os Fatores da EICP-II

		Fatores da EICP-II			
		Fator 1	Fator 2	Fator 3	Fator 4
Fator 1 da ECVC	<i>R</i>	.028	-.028	.091	-.006
	<i>P</i>	.643	.645	.135	.920

Atendendo ao fator 2 da ECVC “legitimação da violência pela conduta da mulher” e a fator 1 da EICP-II “Prontidão para a mudança”, não se verifica uma correlação positiva significativa, $r = .059$, $p = .333$.

O fator 2 da ECVC “legitimação da violência pela conduta da mulher” não está positivamente correlacionada com a fator 2 da EICP-II “Planeamento”, $r = .018$, $p = .773$ (Tabela 17).

O fator 2 da ECVC “legitimação da violência pela conduta da mulher” não está positivamente correlacionada com a fator 3 da EICP-II “Usar recursos”, $r = .111$, $p = .068$. Também não se verifica uma correlação positiva significativa entre o fator 2 da ECVC “legitimação da violência pela conduta da mulher” e a fator 4 da EICP-II “comportamento intencional”, $r = .026$, $p = .674$ (Tabela 17).

Tabela 17
Correlação Entre o Fator 2 da ECVC e os Fatores da EICP-II

		Fatores da EICP-II			
		Fator 1	Fator 2	Fator 3	Fator 4
Fator 2 da ECVC	<i>R</i>	.059	.018	.111	.026
	<i>P</i>	.333	.773	.068	.674

O fator 3 da ECVC “legitimação da violência pela sua atribuição a causas externas” não está positivamente correlacionado com a fator 1 da EICP-II “Prontidão para a mudança”, $r = .033$, $p = .594$. Também não se verifica uma correlação positiva significativa entre o fator 3 da ECVC “legitimação da violência pela sua atribuição a causas externas” com a fator 2 da EICP-II “Planeamento”, $r = -.001$, $p = .991$ (Tabela 18).

Não se verifica uma correlação positiva significativa entre o fator 3 da ECVC “legitimação da violência pela sua atribuição a causas externas” com a fator 3 da EICP-II “usar recursos”, $r = .102$, $p = .096$. Por fim, não se verifica uma correlação positiva significativa entre o fator 3 da ECVC “legitimação da violência pela sua atribuição a causas externas” com a fator 4 da EICP-II “comportamento intencional”, $r = .033$, $p = .594$ (Tabela 18).

Tabela 18
Correlação Entre o Fator 3 da ECVC e os Fatores da EICP-II

		Fatores da EICP-II			
		Fator 1	Fator 2	Fator 3	Fator 4
Fator 3 da ECVC	<i>R</i>	.033	-.001	.102	.033
	<i>p</i>	.594	.991	.096	.594

De acordo com a tabela 19, o fator 4 da ECVC “legitimação da violência pela preservação da privacidade familiar” não está positivamente correlacionado com a fator 1 da EICP-II “Prontidão para a mudança”, $r = .060$, $p = .328$.

O fator 4 da ECVC “legitimação da violência pela preservação da privacidade familiar” não está positivamente relacionado com a fator 2 da EICP-II “Planeamento”, $r = .050$, $p = .409$.

O fator 4 da ECVC “legitimação da violência pela preservação da privacidade familiar” está positivamente correlacionado com a fator 3 da EICP-II “Usar recursos”, $r = .131$, $p = .030$. Assim, níveis mais elevados de crenças da violência pela preservação familiar estão associados a um maior uso de recursos. A correlação tem efeitos de pequena magnitude (Cohen, 1988).

Não se verifica uma associação significativa entre o fator 4 da ECVC “legitimação da violência pela preservação da privacidade familiar” e o fator 4 da EICP-II “comportamento intencional”, $r = .097$, $p = .109$ (Tabela 19).

Tabela 19
Correlação Entre o Fator 4 da ECVC e os Fatores da EICP-II

		Fatores da EICP-II			
		Fator 1	Fator 2	Fator 3	Fator 4
Fator 4 da ECVC	<i>R</i>	.060	.050	.131*	.097
	<i>p</i>	.328	.409	.030	.109

* A correlação é significativa no nível 0.05 (bilateral).

De forma a averiguar até que ponto as variáveis explicativas conseguem explicar o comportamento da variável dependente, foi feita uma regressão linear simples para o fator 3 da EICP-II “usar recursos” e o fator 4 da ECVC “legitimação da violência pela preservação da privacidade familiar”, uma vez que se correlacionam positivamente através do cálculo coeficiente de correlação de Pearson. Através da análise do modelo, foi possível verificar que a variável preditora está a influenciar a variável dependente. $F(1, 270) = 4.74$, $p = .030$. Posteriormente os resultados obtidos no coeficiente de correlação, R^2 mostraram que o fator 4 da ECVC explica 1,7% dos resultados obtidos no fator 3 da EICP-II, “usar recursos”.

Tabela 20
Modelo de Regressão Linear Simples Sobre o Fator 3 da EICP-II e o Fator 4 de ECVC

	<i>R</i>	R^2	<i>F</i> (1,270)	<i>P</i>
Modelo	.131	.017	4.74	.030*

* $p < .05$

Tabela 21

Modelo de Regressão Linear Simples Relativa à Associação Entre o Fator 3 da EICP-II e o Fator 4 da ECVC

	B	T	P
ECVC_F4	.036	2.177	.030*

* $p < .05$

O fator 4 da ECVC “legitimação da violência pela preservação da privacidade familiar” influencia o fator 3 da EICP-II, “usar recursos”, ($B = .036$, $p = .030$). De acordo com os resultados apresentados, depreende-se que maior grau de suporte e legitimação da violência pela preservação da privacidade familiar está associado a um maior uso de recursos, ou seja, os estudantes que legitimam mais a violência pela preservação familiar tendem a usar mais recursos para realizar as suas mudanças pessoais.

Capítulo 4 - Discussão

O presente estudo, pretendeu estudar as crenças sobre a violência conjugal e a iniciativa de crescimento pessoal em estudantes universitários. De seguida, e de acordo com a ordem dos resultados, é apresentada a discussão dos mesmos, conclusões, limitações e sugestões para investigações futuras.

De acordo com a análise descritiva dos resultados da ECVC, verificou-se que na amostra em estudo existe uma tendência no sentido de discordância total com as crenças que legitimam a violência, uma vez que 61.04% discordam totalmente. Contudo, 8.94% das respostas correspondem a *não concordo nem discordo*, o que poderá indicar indiferença e desinteresse pelo tema (Ventura et al., 2013), ou então poderá indicar que os estudantes ponderam o uso da violência em determinadas situações (Mendes & Cláudio, 2010).

Relativamente aos fatores da ECVC, a tendência no sentido de discordância mantém-se para os quatro fatores: legitimação e banalização da pequena violência, legitimação da violência pela conduta da mulher, legitimação pela sua atribuição a causas externas e legitimação da violência pela preservação da privacidade familiar. Os fatores que os participantes utilizam com mais frequência para legitimar a violência são o fator “Legitimação da violência pela sua atribuição a causas externas” e “Legitimação da violência pela preservação da privacidade familiar”. Estes resultados são consistentes com outras investigações (Mendes & Cláudio, 2010; Ventura et al., 2013).

O fator “legitimação da violência pela sua atribuição a causas externas” refere-se à legitimação da violência através de fatores externos como: o desemprego, o consumo de substâncias, os problemas financeiros e as relações extraconjugais. Através da análise descritiva dos itens da ECVC, é possível constatar que o item mais pontuado do fator “legitimação da violência pela sua atribuição a causas externas” é o item 6 “*A causa da violência é o abuso do álcool*”. Muitas vezes associado a um comportamento violento encontra-se o álcool, uma vez que o “consumo excessivo de álcool geralmente desinibe o comportamento do indivíduo, reduzindo o seu controle sobre os impulsos emocionais e aumentando sentimentos persecutórios” (Barroso, 2008, p.7). O consumo de álcool pode ser um desencadeador ou agravante para a violência, porém é incorreto afirmar que esta só ocorre sob o seu efeito (Barroso, 2008). E muitas vezes o agressor(a) tenta minimizar ou negar a sua responsabilidade, culpando o álcool pelos seus atos, “eu não sou assim, foi a bebida” (Guerra et al., 2016; APAV, 2018).

O fator “Legitimação da violência pela preservação da privacidade familiar” refere-se à legitimação da conduta violenta com base na privacidade e necessidade de preservar as famílias (Mendes, 2009). Assim, associado a mitos e estereótipos como “entre marido e mulher não se

mete a colher”, muitas vezes dificulta o pedido de ajuda e a denúncia de situações de violência (Guerra et al., 2016). Através da análise descritiva dos itens da ECVC, destaca-se o item 1 “*O problema dos maus tratos dentro do casamento afeta uma pequena percentagem da população*”. Muitas vezes o fenómeno da violência conjugal é visto erroneamente como um fenómeno raro que só afeta uma pequena parte da população, nomeadamente os estratos socioeconómicos mais desfavorecidos. No entanto, e de acordo com a literatura, a violência conjugal é um fenómeno que ocorre em diferentes estratos socioeconómicos, e em diferentes culturas (Guerra et al., 2016; Rosa & Falcke, 2014).

Em relação à **hipótese 1**, verificou-se que os rapazes apresentam um maior grau de suporte com as crenças que legitimam a violência conjugal em todos os fatores da ECVC e da escala total, o que vai ao encontro com outras investigações (Félix, 2012; Machado et al., 2009; Machado, 2010; Mendes & Cláudio, 2010; Miller, 2011; Nabors et al., 2006; Spencer et al., 2017; Vieira, 2013). Contudo, os resultados de um estudo de Couto (2013), verificaram não haver diferenças entre os rapazes e as raparigas quanto às crenças que sustentam a violência.

Apesar dos resultados indicarem uma baixa legitimação das crenças que sustentam a violência, existe uma maior permissão e tolerância por parte dos rapazes, o que poderá estar associado a estereótipos de género sobre os papéis sociais do homem e da mulher (Ventura et al., 2013). Uma vez que, algumas das crenças associadas à violência devem-se à desigualdade entre homens e mulheres (Afonso, 2010).

Segundo Dias e Machado (2008), a violência não é exclusivamente um fenómeno de género, contudo é um “fenómeno cultural e partindo da conceção de que o género influencia não só o significado de ser mulher e de ser homem, mas também o modo como interagem, a violência tem de passar a ser incluída na análise do género e das relações de género” (Dias & Machado, 2008, p. 583). Neste sentido, é importante procurar entender a influência da dimensão cultural e do meio envolvente na construção social do género e dos relacionamentos abusivos (Caridade & Machado, 2012).

Quanto à formação académica, **hipótese 2**, verificaram-se diferenças entre os vários cursos e a escala total da ECVC, sendo que os estudantes de Ciências do Desporto apresentam maior grau de suporte com as crenças, do que os estudantes de psicologia. Também se verificaram diferenças estatisticamente significativas entre o fator 2 “legitimação da violência pela conduta da mulher” e o fator 4 “legitimação da violência pela preservação da privacidade familiar”. Os alunos do curso de Ciências do Desporto apresentam maior grau de suporte com as crenças que legitimam a violência pela conduta da mulher do que os alunos de Psicologia. E os alunos do curso de Ciências de Desporto apresentam maior grau de suporte com a legitimação da violência pela preservação da privacidade familiar do que os alunos de Psicologia e tentem a relatar maior grau de suporte com a legitimação da violência pela preservação da privacidade familiar do que os estudantes de Ciências Políticas e Relações Internacionais. Neste sentido, e

segundo uma investigação de Mendes (2009), os alunos do curso de engenharia quando comparados com os alunos de enfermagem, os de engenharia legitimam mais a violência. Também numa outra investigação de Félix (2012), os alunos de psicologia quando comparados com estudantes de engenharia informática ou de matemática aplicada, possuem crenças que legitimam menos a violência.

Estes resultados são consistentes com o que é retratado na literatura, uma vez que os estudantes que têm oportunidade de abordar ao longo do seu percurso académico nas unidades curriculares temas como: a violência, representações sociais da violência e igualdade de género, vão ter uma maior conhecimento e sensibilização para com o fenómeno (Mendes, 2009). Estes conhecimentos poderão influenciar as crenças e as atitudes dos estudantes sobre o fenómeno da violência (Mendes & Cláudio, 2010; Machado et al., 2010; Pérez et al., 2006). Segundo Pascarella & Terensini (1991) citados por Gonçalves (2012), a frequência de um dado curso irá ter influência sobre o desenvolvimento moral, uma vez que cursos que estimulem mais o criticismo sobre temas sociomoraes, vão permitir ao estudante promover a sua aprendizagem moral e cívica.

Relativamente ao estado civil, **hipótese 3**, não se verificaram diferenças estatisticamente significativas entre os estudantes que estão num relacionamento íntimo dos que não estão, o que é consistente com o estudo de Nabors et al. (2006). Contudo, e apesar de os resultados não serem estatisticamente significativos, os estudantes que estão num relacionamento pontuam mais na escala total e nos fatores da ECVC. Segundo uma investigação de Machado e colaboradores (2009), os estudantes que não estão num relacionamento ou que nunca tiveram um relacionamento íntimo legitimam mais a violência em comparação com os estudantes que estavam num relacionamento.

A partir da análise descritiva dos resultados da EICP-II, verificou-se que na amostra em estudo existe uma tendência no sentido de concordância com os itens, uma vez que na sua maioria, as respostas foram de *concordo um pouco* (30.8%) e *concordo em parte* (30.3%). E 18.8% das respostas correspondem a *concordo fortemente*. Assim, verifica-se que existe uma tendência no sentido de concordância com os itens, o que traduz em níveis positivos e moderadamente elevados de iniciativa de crescimento pessoal nos participantes em estudo, o que é congruente com outros estudos com estudantes universitários (Patanapu et al., 2018).

Atendendo à análise descritiva dos itens da EICP-II, verificou-se que os itens respondidos com maior concordância foram o item 8 do fator "prontidão para a mudança", "*Reconheço o que preciso de mudar em mim mesmo(a)*" e o item 9 do fator "comportamento intencional", "*Estou constantemente tentando crescer como pessoa*".

O fator da EICP-II mais pontuado pelos participantes é o fator 4 "comportamento intencional", seguido dos fatores "Prontidão para a mudança", fator 2 "Planeamento" e do fator 3 "Usar

recursos”. O fator “comportamento intencional” refere-se à motivação para o desenvolvimento de mudanças pessoais, ao aproveitar oportunidades para o crescimento pessoal e a um conjunto de comportamentos ativos e intencionais orientados para o crescimento pessoal.

Relativamente às diferenças de género e a ICP, **hipótese 4**, verificou-se que não existem diferenças estatisticamente significativas entre os níveis de ICP e o género, contudo as raparigas pontuam mais elevado na escala total e em todos os fatores, exceto no fator 3 “usar recursos”. Deste modo, os resultados são consistentes com outras investigações no contexto universitário (Patanapu, 2018) e com investigações com a população em geral (Luyckx & Robitschek, 2014; Igbokwe et al., 2016). Num outro estudo de Beri e Jain (2016), não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre rapazes e raparigas em relação a escala total da EICP-II. Contudo, e ainda no mesmo estudo, nas subescalas “Planeamento” e “Prontidão para a mudança” verificaram-se diferenças estatisticamente significativas, sendo que as raparigas apresentaram maior média que os rapazes nestas duas subescalas (Beri & Jain, 2016).

Numa outra investigação de Straaten e colaboradores (2015) refere que existem diferenças estatisticamente significativas entre rapazes e raparigas ao nível da ICP, uma vez que as raparigas apresentam maiores níveis de ICP em comparação com os rapazes. Uma investigação de Kiecolt and Mabry (2000, citado por Straaten et al., 2015), ao estudar as motivações dos alunos para o seu próprio processo de mudança, avançam com a hipótese de que as raparigas têm mais ICP devido às principais motivações que as levam ao processo de mudança. Uma vez que, e em comparação com os rapazes, as principais motivações apontadas pelas raparigas eram o aumento da autoestima (Straaten et al., 2015).

No que concerne às diferenças entre os vários cursos em estudo e os níveis de ICP, **hipótese 5**, verificou-se não haver diferenças estatisticamente significativas entre os vários cursos. Contudo, e apesar de não serem resultados significativos, verificou-se que os estudantes de ciências do desporto e de psicologia apresentam maiores níveis de ICP e os estudantes de marketing apresentam menores níveis, em comparação com os restantes cursos. Segundo uma investigação de Beri e Jain (2016), os estudantes das áreas das ciências apresentam níveis mais elevados de ICP do que os estudantes de artes e de comércio e entre estes dois últimos, são os estudantes de comércio que apresentam níveis mais elevados de ICP. Contudo para os cursos em estudo não existe literatura para estabelecer um ponto de comparação com os resultados do presente estudo.

Quanto à **hipótese 6**, diferenças entre ao estado civil e os níveis de ICP, verificou-se que na amostra em estudo não existem diferenças estatisticamente significativas, contudo os estudantes que estão num relacionamento íntimo apresentam médias ligeiramente mais elevadas do que os que não estão num relacionamento íntimo. Segundo um estudo de Igbokwe

e colaboradores (2016) não existem diferenças entre o estado civil e os níveis de iniciativa de crescimento pessoal.

Na **hipótese 7**, pretendeu-se explorar as diferenças entre os alunos que vivem com a família, com os alunos que vivem com colegas/amigos ou sozinhos. Uma vez que a transição para a universidade é um período de mudanças, com exigências a nível pessoal, interpessoal, académico e, pressupõe a aceitação de responsabilidades em tarefas do quotidiano, gestão do tempo e gestão monetária (Mendes et al., 2013), é pertinente explorar de que forma a variável “com quem vive no período escolar” influencia os níveis de ICP nos estudantes universitários. De acordo com a amostra em estudo, não existem diferenças estatisticamente significativas nos níveis de ICP, entre os três grupos: viver com colegas/amigos, viver sozinhos ou viver a família. Apesar de não serem diferenças estatisticamente significativas verifica-se que os estudantes que vivem com a família apresentam médias ligeiramente mais elevadas de ICP em comparação com os restantes dois grupos. Estas diferenças verificam-se entre a escala total da EICP-II e os fatores da mesma, excetuando no fator 3 “usar recursos”, em que os alunos que vivem sozinhos apresentam uma média mais elevada. Devido à escassez de literatura acerca da variável em questão e a ICP, não foi possível estabelecer um ponto de comparação com os resultados do presente estudo.

Relativamente à **hipótese 8**, pretendeu-se explorar uma possível associação entre as crenças que legitimam a violência conjugal e a iniciativa de crescimento pessoal. Uma vez que a ICP está associada ao bem-estar, autoeficácia, satisfação com a vida, assertividade, relacionamentos mais positivos com os outros, e atribuição de um maior propósito à vida (Ayub & Iqbal, 2012), partiu-se do pressuposto que os alunos que apresentam um menor grau de suporte para as crenças que legitimam a violência apresentam níveis mais elevados de ICP. Contudo, verificou-se que não há uma associação significativa entre as crenças sobre a violência conjugal e os níveis de iniciativa de crescimento pessoal na amostra em estudo. Porém, o fator 4 da ECVC “legitimação da violência pela preservação da privacidade familiar” está positivamente correlacionado com o fator 3 da EICP-II “Usar recursos”.

Assim, níveis mais elevados de crenças da violência pela preservação familiar estão associados a um maior uso de recursos, ou seja, os estudantes que legitimam mais a violência pela preservação familiar tendem a usar mais recursos para realizar as suas mudanças pessoais, o que vai contra o que era expectável. Tal como mencionado na hipótese 7, devido à escassez de literatura acerca da associação entre a ICP e as crenças sobre a violência conjugal, não foi possível estabelecer um ponto de comparação com os resultados do presente estudo.

Conclusão

As crenças influenciam os nossos comportamentos e têm um papel fulcral no processamento de informação, nomeadamente ao nível da seleção e interpretação da informação que recebemos do exterior (Cláudio et al., 1994). Interpretamos o mundo através da nossa “lente”, ou seja,

através das crenças que temos previamente interiorizadas (Mendes & Cláudio, 2010). Assim, as crenças que os estudantes universitários têm sobre a violência nas relações íntimas influenciam a percepção que têm do fenômeno e podem contribuir para uma normalização, perpetração e amenização do mesmo.

Neste sentido, estudar as crenças que os estudantes universitários têm sobre o fenômeno da violência é fundamental para perceber as crenças que legitimam a violência, e posteriormente criar programas de intervenção, de modo a desconstruir os mitos, estereótipos e crenças associadas à violência (Mendes & Cláudio, 2010). A implementação de programas de intervenção deve promover uma visão dos jovens universitários como agentes ativos na mudança, fornecendo ferramentas que lhes permitam adquirir novas competências, desconstruir mitos, consciencializar e de refletirem sobre os efeitos dos seus comportamentos nas suas relações íntimas com os outros (Caridade & Machado, 2012). E consequentemente contribuir para a criação de relações saudáveis nos jovens.

A violência conjugal é um problema social e significativo (Aldrighi, 2004), que não deve ser ignorado. Ao ignorar um pequeno ato de violência hoje estamos a permitir o próximo e a legitimar a violência como algo que faz parte das relações. A implementação de programas com jovens universitários é importante, não só para alterar o comportamento atual (quer de vitimização, quer de agressão), mas para evitar que se torne um ciclo com padrões de comportamento irremediáveis e continuados até a idade adulta (Lazarevich et al., 2015).

Na amostra em estudo existe uma baixa tolerância com as crenças que legitimam a violência, contudo e atendendo aos resultados apresentados e nomeadamente às diferenças de género encontradas, urge a necessidade de trabalhar a igualdade de género e promover as relações saudáveis nos estudantes universitários. E uma vez que o curso frequentado poderá influenciar as crenças sobre a temática da violência, seria pertinente implementar debates, *workshops* e ações formativas transversais a todos os cursos para a desmistificação do tema.

Uma vez que a população em estudo são estudantes universitários é importante caracterizar o contexto universitário. Assim, a transição para o ensino superior acarreta inúmeras mudanças, nomeadamente a nível psicossocial (Gonçalves, 2012), a nível académico (Almeida, 2007) e a nível pessoal e interpessoal (Almeida & Soares, 2004). Este conjunto de mudanças contribuem para a autonomia, independência e o crescimento do estudante universitário.

O contexto universitário é um contexto que devido às suas características poderá ser um potencial promotor do crescimento pessoal (Stevic & Ward, 2008). A iniciativa de crescimento pessoal refere-se ao construto que traduz o desenvolvimento de um conjunto de competências para o aperfeiçoamento pessoal, tanto a nível cognitivo como a nível comportamental (Robitschek, 1998). É, também, entendida como um recurso pessoal que permite às pessoas crescer e desenvolver-se positivamente, através do seu envolvimento ativo e intencional no

próprio processo de crescimento (Weigold, Porteli & Weigold, 2013), ao identificar oportunidades para crescer e desenvolver-se positivamente (Robitschek & Kashubeck, 1999).

Assim, e de acordo com Stevic e Ward (2008), a universidade desempenha um papel fundamental na iniciativa de crescimento pessoal e no desenvolvimento positivo, e torna-se evidente a necessidade de criar programas para o desenvolvimento da iniciativa de crescimento pessoal, que permitam ao jovem universitário aumentar os seus níveis de bem-estar e satisfação com a vida (Beri & Jain, 2016).

Posto isto, e uma vez que a iniciativa de crescimento pessoal está associada ao bem-estar (Beri & Jain, 2016), assertividade, autossuficiência, autoeficácia, relacionamentos mais saudáveis em estudantes universitários (Ayub & Iqbal, 2012) e uma maior satisfação com as suas vidas (Borowa et al., 2018), partiu-se da premissa de que níveis ótimos de iniciativa de crescimento pessoal relacionam-se positivamente com uma baixa legitimação das crenças que sustentam a violência. Contudo, e de acordo com os resultados do presente estudo apenas se verificou uma associação significativa entre o fator 4 da ECVC “legitimação da violência pela preservação da privacidade familiar” e o fator 3 da EICP-II “usar recursos”, uma vez que se encontram positivamente correlacionados. Estes resultados vão contra o que era expectável, uma vez que o esperado seria uma associação negativa entre os dois fatores. Face estes resultados e atendendo ao que a literatura nos fornece, torna-se relevante investigar a associação entre a ICP e as crenças sobre a violência conjugal.

Limitações e sugestões para investigações futuras

Como em qualquer investigação, existem limitações, e destaco algumas: a inclusão de apenas estudantes do 1ºano do 1ºciclo e de uma faculdade, uma vez que a inclusão de outros anos e de outros ciclos permitiriam comparar e ver possíveis diferenças. Também seria pertinente analisar possíveis diferenças entre os cursos das áreas de ciências sociais e humanas, com as áreas das ciências, das engenharias, da saúde, das artes e das letras.

Apono duas outras limitações: a extensão do protocolo de investigação, uma vez que contemplava nove instrumentos e que as repostas poderiam ser enviesadas devido à extensão do mesmo, e também devido ao efeito da desejabilidade social que poderá ter influenciado, e consequentemente enviesado as respostas dadas na ECVC. Posto isto, é necessária uma prudente análise e generalização dos dados.

Ao longo do desenvolvimento deste estudo foram encontradas algumas dificuldades, tais como: escassez de literatura sobre a iniciativa de crescimento pessoal em estudantes universitários portugueses e estudos que associem a iniciativa de crescimento pessoal com as crenças acerca da violência conjugal.

Como sugestões para investigações futuras, e uma vez que, a iniciativa de crescimento pessoal carece de investigações no contexto universitário português, torna-se fulcral investigar este

construto e proceder à validação da escala para a população portuguesa. A título de exemplo, seria interessante estudar: a relação da iniciativa de crescimento pessoal com o desempenho académico, as vivências académicas e a satisfação com o contexto universitário; a ICP e a saúde mental em estudantes universitários e a ICP e a violência. Também, a relação entre a ICP e as crenças acerca da violência conjugal carece de investigações e seria importante perceber se se associam e o porquê, nomeadamente através do estudo do componente cognitiva da ICP.

No que concerne à investigação das crenças sobre a violência conjugal, seria pertinente desenvolver uma investigação de *design* qualitativo para conhecer as especificidades do contexto e perceber as percepções e os significados atribuídos pelos estudantes ao fenómeno da violência.

Referências Bibliográficas

- Ayub, N. & Iqbal, S. (2012). The relationship of personal growth initiative, psychological well-being, and psychological distress among adolescents. *Journal of Teaching and Education*, 1(6), 101-107.
- Aldrighi, T. (2004). Prevalência e cronicidade da violência física no namoro entre jovens universitários do estado de São Paulo. *Psicologia: Teoria e Prática*, 6(1), 105-120.
- Almeida, L. S. (2007). Transição, adaptação académica e êxito escolar no ensino superior. *Revista Galego-Potuguesa de Psicoloxía e educación*, 15(2), 203-214.
- Almeida, L. S. & Soares, A. P. (2004). Os estudantes universitários: Sucesso escolar e desenvolvimento psicossocial. Em E. Mercuri & S. A. J. Polydoro (Orgs). *Estudante Universitário: características e experiências de formação*. São Paulo: Cabral editora e livraria universitária.
- Andrade, A.M. (2014). Desempenho académico, permanência e desenvolvimento psicossocial de universitários: relação com indicadores de assistência estudantil (Dissertação de Mestrado, não publicada). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre(Brasil). Acedida em <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/148254/001000409.pdf?sequence=1>
- Antunes, O. (2016). *Violência nos relacionamentos íntimos em estudantes universitários* (Dissertação de Mestrado não publicada). Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa. Acedida em <http://recil.grupolusofona.pt/xmlui/bitstream/handle/10437/7152/Violência%20nos%20relacionamentos%20íntimos.pdf?sequence=1>
- Aragão, J. (2011). Introdução aos estudos quantitativos utilizados em pesquisas científicas. *Revista Práxis*, 3(6), 60-62.
- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima. Acedido em https://apav.pt/apav_v3/index.php/pt/
- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (2018). *Estatísticas APAV: Relatório Anual de 2017*. Lisboa: APAV.
- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (2016). *Estatísticas APAV: Relatório homens vítimas de violência doméstica entre 2013-2015*. Lisboa: APAV.
- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (2010). *Manual Alpice. Para o atendimento de mulheres vítimas de violência doméstica*. Lisboa: APAV.
- Azevedo, N. (2011). *Factores de risco e tipologias dos agressores conjugais* (Dissertação de Mestrado não publicada), Universidade do Porto, Porto. Acedida em <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/68700/2/24737.pdf>
- Bandura, A. (1979). Psychological mechanisms of aggression. In M. VonCranach, K. Foppa, W.

- LePenies, & D. Ploog (Eds.), *Human ethology: Claims and limits of a new discipline*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Bandura, A. (1994). Self-efficacy. In V. S. Ramachandran (Ed.), *Encyclopedia of human behavior*. Nova Iorque: Academic Press.
- Barroso, Z. (2008, junho). *Violência nas relações amorosas*. Comunicação apresentada no VI Congresso de Sociologia, Lisboa, Portugal. Acedido em <http://historico.aps.pt/vicongresso/pdfs/597.pdf>
- Beck, J. S. (2013). *Terapia cognitiva: Teoria e prática*. Porto Alegre: Artmed.
- Beri, N. & Jain, M. (2016). Personal growth initiative among undergraduate students: Influence of emotional self-efficacy and general well-being. *Rupkatha Journal on Interdisciplinary Studies in Humanities*, 8(2), 43-55. doi: 10.21659/rupkatha.v8n2.05
- Black, B. M., Chido, L. M., Preble, K. M., Weisz, A. N., Yoon, J. S., Delaney-Black, V., Kernsmith, P., & Lewandowski, L. (2014). Violence exposure and teen dating violence among African-American youth. *Journal of Interpersonal Violence*, 30(12), 2174-2195. doi:10.1177/0886260514552271
- Borowa, D., Robitschek, C., Harmon, K. A., & Shigemoto, Y. (2016). Posttraumatic stress and growth in student service members and veterans: The role of personal growth initiative. *Journal of American College Health*, 64(7), 1-27. doi: 10.1080/07448481.2016.1188395
- Borowa, D., Kossakowska, M. M., Harmon, K. A., & Robitschek, C. (2018). Personal growth initiative's relation to life meaning and satisfaction in a Polish sample. *Current Psychology*, 1-13. doi:10.1007/s12144-018-9862-2
- Callahan, J. L., Borja, S. E., Herbert, G. L., Maxwell, K., & Ruggero, C. J. (2013). Test of the trauma outcome process assessment model: One model of individual and environmental factors to explain adjustment. *Traumatology*, 19(4), 268-279. doi: 10.1177/1534765613476098
- Caridade, S. (2011). *Vivências íntimas violentas: Uma abordagem científica*. Coimbra: Almedina.
- Caridade, S. & Machado, C. (2006). Violência na intimidade Juvenil: Da vitimação à perpetração. *Análise Psicológica*, 4(24), 485-493.
- Caridade, S. & Machado, C. (2012). Violência nas relações de intimidade: Uma revisão da teoria, da investigação e da prática. *Psicologia*, 27(1), 91-113.
- Casique, L. & Furegato, A. (2006). Violência contra as mulheres: Reflexões teóricas. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, 14(6), 1-8.
- Chang, E. C., Yang, H., Li, M., Duan, T., Dai, Y., Yang, J. K., Zhou, Z., Zheng, X., Morris, L., Wu, K., & Chang, O. D. (2018). Personal growth initiative and life satisfaction in Chinese and American students: Some evidence for using resources in the east and being in the west. *Journal of Well-Being Assessment*, 1(1-3), 49-56.
- Cláudio, V., Pereira, M. G. & Robalo, P. (1994). Sida! A falsa proteção que o amor tece. *Análise Psicológica*, 2-3(12), 211-226.

- Cohen, J. (1988). *Statistical Power Analysis for the Behavioral sciences*. Lawrence Erlbaum Associates, Ed. New York: New York University.
- Cornelius, T. L. & Resseguie, N. (2007). Primary and secondary prevention programs for dating violence: A review of the literature. *Aggression and Violent Behavior*, 12, 364-375. doi: 10.1016/j.avb.2006.09.006
- Couto, J.M. (2013). Crenças, distorções cognitivas e violência em relações de namoro (Dissertação de mestrado não publicada, Instituto Superior de Ciências da Saúde Egas Moniz, Lisboa). Acedido em https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/6245/1/2013_Couto%2C%20J%C3%BAlia%20M.%20do.pdf
- Dias, A. R. (2012). *Repertórios interpretativos sobre o amor: Das narrativas culturais às conjugalidades violentas* (Tese de doutoramento não publicada, Universidade do Minho, Braga). Acedido em <http://repositorium.DPum.uminho.pt/bitstream/1822/21074/1/Ana%20Rita%20Conde%20Dias.pdf>
- Dias, A. R. & Machado, C. (2008). Género e Violência Conjugal - Uma relação cultural. *Análise Psicológica*, 4 (26), 571-586.
- Diogo, M. S. (2014). *A decisão clínica em situações de violência doméstica* (Dissertação de Mestrado não publicada, Universidade de Coimbra, Coimbra). Acedido em <https://eg.uc.pt/bitstream/10316/30982/1/tese.pdf>
- Falcke, D., Oliveira, D. Z., Rosa, L. W., & Bentancur. (2009). Violência conjugal: Um fenómeno internacional. *Contextos Clínicos*, 2(2), 81-90.
- Félix, D. S. (2012). *Crenças de legitimação da violência de género e efeitos de campanhas de prevenção: um estudo exploratório* (Dissertação de Mestrado não publicada, Universidade de Lisboa, Lisboa). Acedido em <http://repositorio.ul.pt/handle/10451/6891>.
- Fernandes, M. I., Caetano, A. J., Almeida, C. S., & Figueiredo, A. M. (2009). Crenças sobre a violência conjugal: A influência de um plano de formação nos jovens. *International Journal of Development and Education Psychology*, 2(1), 369-378.
- Filipe, S. (2013). *Modelos percebidos de causalidade da violência entre parceiros íntimos* (Dissertação de Mestrado não publicada, Universidade de Lisboa, Lisboa). Acedido em http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/10440/1/ulfpie046348_tm.pdf
- Freitas, C. P. (2016). *Relações das características pessoais positivas com o bem-estar*. (Tese de Doutoramento não publicada, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre). Acedido em <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/147072/000998214.pdf?sequencia=1>
- Freitas, C., Damásio, B. F., Tobo, P. R., Kamei, H. H., & Koller, S. H. (2016). Systematic review about personal growth initiative. *Anales de Psicología*, 32(3), 770-782.
- Freitas, C., Damásio, B. F., Tobo, P. R., Kamei, H. H., Koller, S. H., & Robitschek, C. (2018).

- Personal Growth Initiative Scale-II: Adaptation and psychometric properties of the Brazilian version. *Psychological Evaluation*, 28, 1-10. doi: 10.1590/1982-4327e2806
- Gonçalves, O. F. & Cruz, J. F. (1988). A organização e implementação de serviços universitários de consulta psicológica e desenvolvimento humano. *Revista Portuguesa de Educação*, 1(1),127-145.
- Gonçalves, S. (2012). Impacte do ensino superior no desenvolvimento psicossocial do estudante: Revisão de estudos. *Educação*, 35(3), 434-443.
- González-Ortega, I., Echeburúa, E., & Corral, P. (2008). Variables significativas en las relaciones violentas en parejas jóvenes: Una revisión. *Psicología Conductual*, 16(2), 207-225.
- Guerra, P., Massena, A., Fernandes, C., Ravarra, D., Ribeiro, F. M., Susano, H., Gago, L., Perquilhas, M., & Pena, S. (2016). *Violência doméstica: Implicações sociológicas, psicológicas e jurídicas do fenómeno*. Lisboa: Centro de Estudos Judiciários, Comissão Para a Cidadania e Igualdade de Género.
- Igbokwe, D., Agoha, B., Adeusi, S., Obidiran, D., Akindele, Z. & Abiodun, G. (2016). Age, Gender and Marital Status in Personal Growth Initiative. *International Journal of Humanities and Social Sciences*, 1-11.
- João, F. R. & Lourenço, L. M. (2017). O papel das crenças na origem e manutenção da violência: Uma abordagem teórica. *Psicologia*, 1-24.
- Knapp, P. & Beck, A. T. (2008). Fundamentos, modelos conceituais, aplicações e pesquisa da terapia cognitiva. *Revista Brasileira de Psiquiatria*, 30(2), 54-64. doi: 10.1590/S1516-44462008000600002.
- Lazarevich, I., Camacho, M. E., Alva, M. C., & Avila, J. S. (2015). Dating violence in Mexican college students: Evaluation of an education workshop. *Journal of Interpersonal Violence*, 32(2), 183-204. doi:10.1177/0886260515585539
- Machado, C., Matos, M., & Gonçalves, M. M. (2006). *Manual da Escala de Crenças Sobre a Violência Conjugal (ECVC.) e do Inventário de Violência Conjugal (I.V.C.)*. Braga: Psiquilíbrios.
- Machado, C., Caridade, S., & Martins, C. (2009). Violence in juvenile dating relationships self-reported prevalence and attitudes in a Portuguese sample. *Journal of Family Violence*, 25, 43-52. doi: 10.1007/s10896-009-9268-x
- Machado, T. S., Macieira, I. M., & Carreiras, M. C. (2010). Violência nas relações de namoro: Influência de crenças e área de formação. *Psicologia Educação e Cultura*, 14(2), 355-372.
- Machado, A. & Matos, M. (2012). Homens de quem não se fala: As vítimas esquecidas da Violência na Intimidade. *Psiquiatria, Psicologia & Justiça*, 5, 5-28.
- Machado, A. & Matos, M. (2014). Homens vítimas na intimidade: Análise metodológica dos estudos de prevalência. *Psicologia & Sociedade*, 26(3), 726-736.
- Machado, R.S.B. (2016). *Representações Sociais da Violência entre Parceiros Íntimos e*

- Atitudes Perante os Papéis de Género numa amostra de Estudantes do Ensino Superior* (Dissertação de Mestrado não publicada, Universidade de Coimbra, Coimbra). Acedido em <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/35416/1/TESE%20MIP%20-%20Raquel%20Machado%20-%202016.pdf>
- Manuel, S. (2014). *A violência no namoro em jovens adultos* (Dissertação de Mestrado não publicada, Universidade do Porto, Porto). Acedido em <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/77888/2/33921.pdf>
- Marques, M. A. (2016). *Violência no namoro em estudantes universitários Portugueses* (Dissertação de Mestrado não publicada, Universidade da Beira Interior, Covilhã). Acedido em https://ubibliorum.ubi.pt/bitstream/10400.6/5311/1/4918_9757.pdf
- Martins, C. (2011). *Manual de Análise estatística de dados quantitativas com recurso ao IBM SPSS: Saber decidir, fazer, interpretar e redigir*. Braga: Psiquilibrios.
- Matos, M., Grangeia, H., Ferreira, C., & Azevedo, V. (2012). Vitimação por stalking: Preditores do medo. *Análise Psicológica*, 30(1-2), 161-176.
- Mendes, E. R. (2009). *Crenças e atitudes dos estudantes de enfermagem, engenharia e psicologia acerca da violência doméstica* (Dissertação de Mestrado não publicada, Instituto Superior de Psicologia Aplicada, Lisboa). Acedido em <http://repositorio.ispa.pt/bitstream/10400.12/1539/1/SNIP%202010%203219-3230.pdf>
- Mendes, E. & Cláudio, V. (2010, fevereiro). Crenças e atitudes dos estudantes de enfermagem, engenharia e psicologia acerca da violência doméstica. Comunicação apresentada no VII Simpósio Nacional de Investigação em Psicologia. Universidade do Minho, Portugal. Acedido em <http://repositorio.ispa.pt/handle/10400.12/1539>
- Mendes, J. M., Duarte, M., Araújo, P., & Lopes, R. (2013). Violência e relações de intimidade no ensino superior em Portugal: Representações e práticas. *Teoria e Sociedade*, 21(2), 87-112.
- Meyers, M.C., Woerkom, M.V., Reuver, R.S.M., Bakk, Z. & Oberski, D.L. (2015). Enhancing Psychological Capital and Personal Growth Initiative: work on strengths or deficiencies. *Journal of Counseling Psychology*, 62(1), 50-62. doi:10.1037/cou0000050
- Miller, L. (2011). Physical abuse in a college setting: A study of perceptions and participation in abusive dating relationships. *Journal of Family Violence*, 26, 71-80. doi:10.1007/s10896-010-9344-2
- Moreira, A. (2007). O ensino superior. *O Portal dos Psicólogos*, 1-6. Acedido em <http://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0362.pdf>
- Moura, G. A. (2012). *Violência no namoro e estilos parentais na adolescência* (Dissertação de Mestrado não publicada, Instituto Universitário de Ciências Psicológicas, Sociais e da Vida, Lisboa) <http://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0362.pdf>. Acedido em <http://repositorio.ispa.pt/bitstream/10400.12/2280/1/14879.pdf>
- Nabors, E. L., Dietz, T. L., & Jasinski, J. L. (2006). Domestic violence beliefs and perceptions among college students. *Violence and Victims*, 21(6), 779-795.

- Nelas, P., Chaves, C., Coutinho, E., Cruz, C., & Amaral, O. (2016). Violência no namoro, adaptabilidade e coesão familiar em estudantes do ensino superior. *International Journal of Developmental and Educational Psychology*, 2(1), 357-364.
- Quaresma, C. (2012). *Violência doméstica: Da participação da ocorrência à investigação criminal*. Lisboa: Cadernos da Administração Interna, Coleção Direitos Humanos e Cidadania.
- Paiva, C. & Figueiredo, B. (2004). Abuso no relacionamento íntimo: Estudo de prevalência em jovens adultos portugueses. *Psychologia*, 36, 75-106.
- Pascarella, E. T. (1996). On Student Development in College: Evidence from the National Study of Student Learning. *To improve the Academy*, 15, 17-29.
- Patanapu, S. K., Doshi, D., Kulkarni, S., Reddy, P., Adepu, S., & Reddy, S. (2018). Does academic performance influence personal growth initiative? An institutional-based study among undergraduate dental students. *Journal of Education and Health Promotion*, 7(83), 1-9. doi: 10.4103/jehp.jehp_204_17
- Paulino, M. & Rodrigues, M. (2016). *Violência doméstica: Identificar, avaliar, intervir*. Estoril: Prime Books.
- Pereira, A. & Patrício, T. (2016). *Análise de dados para ciências sociais e psicologia*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Pérez, V., Fiol, E., Palmer, M., & Guzmán, C. (2006). Las creencias y actitudes sobre la violencia contra las mujeres en la pareja: Determinantes sociodemográficos, familiares y formativos. *Anales de Psicología*, 22(2), 251-259.
- Preto, L. (2003). O desenvolvimento da autonomia como factor de adaptação ao ensino superior. *Revista Referência*, 10, 63-71.
- Pestana, M. H. & Gageiro, J. N. (2014). *Análise de dados para ciências sociais: A complementaridade do SPSS* (6ª ed.). Lisboa: Edições Sílabo.
- Ribeiro, J. L. P. (2010). *Investigação e Avaliação em Psicologia da Saúde*. Lisboa: Placebo.
- Robitschek, C. (1998). Personal growth initiative: The construct and its measure. *Measurement and Evaluation in Counseling and Development*, 30(4), 183-198.
- Robitschek, C. & Kashubeck, S. (1999). A structural model of parental alcoholism, family functioning, and psychological health: The mediating effects of hardiness and personal growth orientation. *Journal of Counseling Psychology*, 46 (2), 159-172. doi: 10.1037/0022-0167.46.2.159
- Robitschek, C. & Keyes, C. L. (2009). Keyes's model of mental health with personal growth initiative as a parsimonious predictor. *Journal of Counseling Psychology*, 56(2), 321-329.
- Robitschek, C., Ashton, M. W., Spering, C. C., Martinez, M., Shotts, G. C., & Murray, D. (junho, 2009). Development of the Personal Growth Initiative Scale-II. Comunicação apresentada no primeiro Congresso Mundial de Psicologia Positiva.
- Robitschek, C., Ashton, M. W., Spering, C. C., Geiger, N., Byers, D., Schotts, G. C., & Thoen,

- M. A. (2012). Development and psychometric evaluation of the Personal Growth Initiative Scale-II. *Journal of Counseling Psychology*, 59(2), 274-287. doi: 10.1037/a0027310
- Rodriguez, N. M. G. & Robles, D. A. (2015). Maltrato en el noviazgo y autopercepción de la salud en estudiantes de una universidad particular de Trujillo. *In Crescendo*, 6(2), 11-18.
- Rosa, L. W. & Falcke, D. (2014). Violência conjugal: Compreendo o fenômeno. *Sociedade de Psicoterapias Analíticas Grupais do Estado de São Paulo*, 15(1), 17-32.
- Ryff, C. D. (1989). Happiness is everything, or is it? Explorations on the meaning of psychological well-being. *Journal of Personality and Social Psychology*, 57(6), 1069-1081.
- Ryff, C. D. & Keyes, C. L. (1995). The structure of psychological well-being revisited. *Journal of Personality and Social Psychology*, 69(4), 719-727.
- Santos, A. M. & Caridade, S. M. (2017). Violência nas relações íntimas entre parceiros do mesmo sexo: Estudo de prevalência. *Temas em Psicologia*, 25(3), 1341-1356.
- Sharma, H. L. & Rani, R. (2013). Relationship of personal growth initiative with self-efficacy among university postgraduate students. *Journal of Education and Practice*, 4(16), 125-135.
- Sharma, H. L. & Rani, R. (2014). Impact of mental health on personal growth initiative (PGI) among university postgraduates. *Research on Humanities and Social Sciences*, 4(3), 134-147.
- Shigemoto, Y., Ashton, M. W., & Robitschek, C. (2015). Predictors of growth in the aftermath of traumatic events: The role of personal growth initiative. *Journal of Loss and Trauma*, 21(5), 399-409.
- Sousa, R., Lopes, A., & Ferreira, E. (2013). La transición y el proceso de adaptación en la educación superior: Un estudio con estudiantes de una escuela de enfermería y de una escuela de educación. *Revista de Docencia Universitaria*, 11 (3), 403-422.
- Spencer, C. M., Morgan, P., Bridges, J., Washburn-Busk, M., & Stith, S. M. (2017). The relationship between approval of violence and intimate partner violence in college students. *Journal of Interpersonal Violence*, 1-20. doi:10.1177/0886260517731315
- Stevic, C. R. & Ward, R. M. (2008). Initiating personal growth: The role of recognition and life satisfaction on the development of college students. *Social Indicators Research*, 89(3), 523-534. doi: 10.1007/s11205-008-9247-2
- Stith, S. M., Rosen, K. H., Middleton, K. A., Busch, A. L., Lundeberg, K., & Carlton, R. P. (2000). The intergenerational transmission of spouse abuse: A meta-analysis. *Journal of Marriage and the Family*, 62, 640-654. doi: 10.1111/j.1741-3737.2000.00640.x
- Straaten, A. J., Jorgensen, L., Hill, C., & Nel, J. A. (2015). Personal growth initiative among industrial psychology students in a higher education institution in South Africa. *Journal of Industrial Psychology*, 42(1), 1-11. doi: 10.4102/sajip.v42i1.1283
- Straus, M. A. (2004). Prevalence of violence against dating partners by male and female

- university students worldwide. *Violence Against Women*, 10(7), 790-811.
doi:10.1177/1077801204265552
- Straus, M. A. (2008). Dominance and symmetry in partner violence by male and female university students in 32 nations. *Children and Youth Services Review*, 30, 252-275.
doi: 10.1016/j.chilyouth.2007.10.004
- Tohen, M. A. & Robitschek, C. (2013). Intentional growth training: Developing an intervention to increase personal growth initiative. *Applied Psychology: Health and Well-Being*, 5(2), 149-170. doi: 10.1111/aphw.12001
- União de Mulheres Alternativa e Resposta (2017). *Relatório UMAR 2017: Violência no namoro*. Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.
- Ventura, M., Ferreira, M., & Magalhães, M. (2013). Violência nas relações de intimidade: Crenças e atitudes de estudantes do ensino secundário. *Revista de Enfermagem Referência*, 3(11), 95-103. doi: 10.12707/RIII12120
- Vieira, A.M.S. (2013). *Representações Sociais da Violência entre Parceiros Íntimos numa amostra de estudantes do ensino superior: o género fará a diferença?* (Dissertação de Mestrado não publicada, Universidade de Coimbra, Coimbra).
<http://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0362.pdf> Acedida em
<https://eg.uc.pt/bitstream/10316/25315/1/Tese%20de%20Ana%20Margarida%20S.%20Vieira.pdf>
- Weigold, I. K., Porfeli, E. J., & Weigold, A. (2013). Examining tenets of personal growth initiative using the Personal Growth Initiative Scale-II. *Psychological Assessment*, 25(4), 1396-1403. doi: 10.1037/a0034104
- Weigold, I. K., Weigold, A., Russell, E. J., & Drakeford, N. M. (2014). Examination of the psychometric properties of the Personal Growth Initiative Scale-II in African American college students. *Assessment*, 21(6), 754-764. doi: 10.1177/1073191114524019
- Weigold, I. K., Boyle, R. A., Weigold, A., Antonucci, S. Z., Mitchell, H. B., & Martin-Wagar, C. A. (2018). Personal growth initiative in the therapeutic process: An exploratory study. *The Counseling Psychologist*, 46(4), 481-504. doi: 10.1177/0011000018774541
- Woodin, E. M. & O'Leary, K. D. (2009). Theoretical approaches to the etiology of partner violence. In D. J. Whitaker & J. R. Lutzker (Eds.), *Preventing partner violence: Research and evidence-based intervention strategies* (pp. 41-65). Washington, DC: American Psychological Association. doi: 10.1037/11873-003
- Yakunina, E. S., Weigold, A., & Weigold, I. K. (2013). Personal growth initiative: Relations with acculturative stress and international student adjustment. *International Perspectives in Psychology: Research, Practice, Consultation*, 2(1), 62-71. doi: 10.1037/a0030888
- Yalcin, I. & Malkoc, A. (2013). Adaptation of Personal Growth Initiative Scale-II to Turkish and investigation of psychometric properties. *The Journal of Psychiatry and Neurological Sciences*, 26, 258-266.

Anexos

Anexo 1 - Consentimento informado



Projeto VIOLENCIA 360° Abordagem clínica, familiar, social e comunitária da violência interpessoal em diferentes populações

EQUIPA DE INVESTIGAÇÃO

- . Ana Isabel Cunha | Professora Auxiliar do Departamento de Psicologia e Educação | UBI | acunha@ubi.pt
- . Manuel Loureiro | Professor Catedrático do Departamento de Psicologia e Educação | UBI | loureiro@ubi.pt
- . Marta Pereira Alves | Professora Auxiliar do Departamento de Psicologia e Educação | UBI | mpalves@ubi.pt
- . Paula Saraiva Carvalho | Professora Auxiliar do Departamento de Psicologia e Educação | UBI | psc@ubi.pt
- . Alunos/as de Mestrado em Psicologia Clínica e da Saúde | UBI (Colaboradores)

PROTOCOLO DE INVESTIGAÇÃO

A presente investigação tem como objetivo contribuir para o desenvolvimento de conhecimento científico que permita a compreensão e descrição do fenómeno da violência nas relações íntimas, suas causas e consequências.

Para tal, é importante conhecer a opinião dos jovens adultos relativamente a um conjunto de questões, pelo que solicitamos a sua colaboração no preenchimento dos questionários que se seguem. Alguns são mais dirigidos a questões relativas a vivências de violência e outras relativas à saúde e capacidades individuais. Não há respostas certas ou erradas, o importante é conhecer a sua opinião.

Os questionários serão identificados por um código e os dados serão tratados apenas coletivamente, de forma a garantir, em todos os momentos, o anonimato dos participantes. Por favor, certifique-se que não deixou nenhuma resposta em branco.

Estamos ao dispor para qualquer esclarecimento adicional sobre esta investigação.

Muito obrigado pela sua colaboração!

Declaração de consentimento informado

Declaro que tomei conhecimento e fui devidamente esclarecido/a quanto aos objetivos e procedimentos da investigação a realizar. Foi-me garantida a possibilidade de, em qualquer altura, recusar participar neste estudo sem qualquer tipo de consequências. Desta forma, aceito participar neste estudo e permito a utilização dos dados que, de forma voluntária, forneço, confiando nas garantias de confidencialidade e anonimato que me são asseguradas pela equipa de investigação, bem como na informação de que não serão tratados de forma individual e de que apenas serão utilizados para fins de investigação.

Confirmo

_____ de _____ 2018

Estrada do Sineiro, 6200-209 Covilhã, PORTUGAL
Telef.: +351 275 319 600 | Fax: +351 275 319 601
E-mail: geral@ubi.pt | www.ubi.pt

Anexo 2 - Questionário sociodemográfico

Por fim, pedimos-lhe que complete os seguintes dados:

1. Idade: _____	
2. Sexo: <input type="checkbox"/> masculino <input type="checkbox"/> feminino	
3. Nacionalidade: <input type="checkbox"/> portuguesa <input type="checkbox"/> outra: _____	
4. Curso que frequenta: _____ Ano do curso que frequenta: <input type="checkbox"/> 1º ano – 1º ciclo/licenciatura <input type="checkbox"/> 1º ano – 2º ciclo/mestrado <input type="checkbox"/> 2º ano – 1º ciclo/licenciatura <input type="checkbox"/> 2º ano – 2º ciclo/mestrado <input type="checkbox"/> 3º ano – 2º ciclo/licenciatura	
5. Local de residência (concelho): _____	
6. Já alguma vez fez voluntariado? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Se sim, há quanto tempo faz voluntariado? _____ anos _____ meses	
7. Quantos dias estima que já despendeu em atividades de voluntariado ao longo da sua vida? <input type="checkbox"/> < 8 dias <input type="checkbox"/> 8 a 30 dias <input type="checkbox"/> 30 a 60 dias <input type="checkbox"/> 60 a 90 dias <input type="checkbox"/> 90 a 120 dias <input type="checkbox"/> Mais de 120 dias	
8. Em que áreas realiza ou realizou voluntariado? <input type="checkbox"/> Ação Social <input type="checkbox"/> Defesa do Património <input type="checkbox"/> Ambiente/Animais <input type="checkbox"/> Deficiência <input type="checkbox"/> Minorias étnicas/Imigração <input type="checkbox"/> Formação <input type="checkbox"/> Idosos	<input type="checkbox"/> Saúde <input type="checkbox"/> Infância/Juventude <input type="checkbox"/> Desporto <input type="checkbox"/> Sem abrigo <input type="checkbox"/> Educação <input type="checkbox"/> Toxicodependência <input type="checkbox"/> Outra: _____
9. Há quanto tempo foi a sua última experiência de voluntariado? _____	
10. Encontra-se atualmente a fazer voluntariado? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	
11. Qual a periodicidade com que realiza/realizou as atividades de voluntariado? <input type="checkbox"/> Diariamente <input type="checkbox"/> Semanalmente <input type="checkbox"/> Mensalmente <input type="checkbox"/> Pontualmente	
12. Considera ter muitos custos pessoais em consequência da sua participação em atividades de voluntariado? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	

13. Grau de escolaridade da mãe:
 até ao 4ºano 9º ano 12ºano licenciatura mestrado doutoramento
 - Profissão da mãe: _____
 Grau de escolaridade do pai:
 até ao 4ºano 9º ano 12ºano licenciatura mestrado doutoramento
 - Profissão do pai: _____

14. Com quem vive habitualmente?
 mãe pai irmãos (nº _____) outros (quem? _____)

15. Com quem vive durante o período escolar?
 mãe pai irmãos (nº _____) outros (quem? _____)

16. Tem filhos? não sim (nº de filhos _____ idades _____; _____; _____)

17. Os seus pais neste momento estão:
 casados (há quanto tempo? _____ ano(s) e _____ mês/meses)
 viver juntos/união de facto (há quanto tempo? _____ ano(s) e _____ mês/meses)
 separados / divorciados (há quanto tempo? _____ ano(s) e _____ mês/meses)
 Outra situação: _____ (há quanto tempo? _____ ano(s) e _____ mês/meses)

18. No caso dos seus pais estarem separados/divorciados:
 - Quanto tempo viveram juntos/casados? _____ ano(s) e _____ mês/meses
 - Que idade tinha quando os seus pais se separaram? _____
 - Com quem ficou a viver? mãe pai outros (quem? _____)
 - Os pais voltaram a casar?
 não sim - Quem? mãe - há quanto tempo? _____ ano(s) e _____ mês/meses
 pai - há quanto tempo? _____ ano(s) e _____ mês/meses

19. Tem neste momento um relacionamento íntimo? sim não

20. Se respondeu **sim** à questão anterior:
 - Indique a natureza dessa relação:
 sem compromisso namoro sem viverem juntos namoro a viver juntos casamento
 - Há quanto tempo mantém essa relação: _____ ano(s) e _____ mês/meses

14. Se respondeu que **não** tem um relacionamento íntimo neste momento:
 - Há quanto tempo terminou o último relacionamento íntimo que teve? _____ ano(s) e _____ mês/meses
 - E qual foi a duração desse relacionamento? _____ ano(s) e _____ mês/meses

15. Qual a sua orientação sexual? heterossexual homossexual outra: _____

16. Tem algum tipo de acompanhamento psicológico e/ou psiquiátrico?
 não sim - Há quanto tempo? _____ Indique o motivo: _____

DATA: ____ / ____ / _____

Muito obrigado pela sua colaboração!